

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

MARCELO RIBEIRO DE FREITAS

**RENÚNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO

SETEMBRO DE 2018

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

MARCELO RIBEIRO DE FREITAS

**RENÚNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Curso Mestrado Profissional em Administração Pública, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas.

Orientador: Kaizô Iwakami Beltrão

RIO DE JANEIRO

SETEMBRO DE 2018

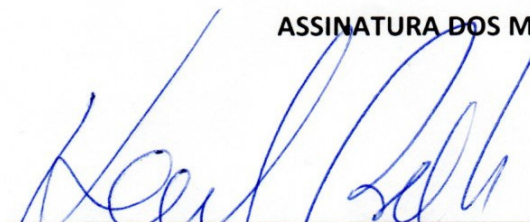
MARCELO RIBEIRO DE FREITAS

**“RENÚNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.**


Trabalho Final de Curso apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em
Administração Pública do(a) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
para obtenção do grau de Mestre(a) em Administração Pública.

Data da defesa: 21/11/2018

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA



KAIZÔ IWAKAMI BELTRÃO
Orientador(a)

JOAQUIM RUBENS FONTES FILHO
Membro Interno

SONOE SUGAHARA PINHEIRO
Membro Externo

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Freitas, Marcelo Ribeiro de

Renúncia de contribuição previdenciária no regime próprio de previdência social do município do Rio de Janeiro / Marcelo Ribeiro de Freitas. – 2018.
89 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Kaizô Iwakami Beltrão.

Inclui bibliografia.

1. Previdência social. 2. Contribuição previdenciária. 3. Reforma previdenciária. I. Beltrão, Kaizô I. (Kaizô Iwakami). II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 368.4

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por dar-me forças para superar os momentos difíceis e as noites em claro para conseguir realizar mais esse sonho.

Ao Professor Kaizô Beltrão por sua orientação, disponibilidade e dedicação, as quais permitiram a realização coerente desta dissertação.

Ao Professor Roberto Pimenta, coordenador, a todo o corpo docente pela oportunidade de aprendizado e crescimento e aos funcionários da Coordenação do Mestrado.

Aos meus pais José Clovis Barros de Freitas (in memorian) e Haydê Paes Ribeiro pelo cuidado, carinho e educação, à minha companheira Michelle Dias Pereira Moutinho e minha filha Marcela Rachel de Castella Freitas pelo apoio e compreensão.

Ao Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro Bruno de Oliveira Louro, ao Gerente de Pagamentos de Inativos Júlio César Amaral de Farias e ao Coordenador Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados Anderson Ferraz Carneiro pela colaboração.

*“Feliz aquele que transfere o que sabe e
aprende o que ensina.”*

Cora Coralina, Vintém de cobre: meias
confissões de Aninha.

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| RESUMO..... | ix |
| LISTA DE SIGLAS..... | xi |
| LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS..... | xiii |
| LISTA DE TABELAS..... | xiv |
| | |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. O PROBLEMA E A QUESTÃO DE PESQUISA | 1 |
| 1.2. OBJETIVOS | 4 |
| 1.3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO | 5 |
| 1.4. RELEVÂNCIA..... | 6 |
| 1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 8 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 9 |
| 2.1. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE SEGURIDADE BRASILEIRO | 9 |
| 2.2. A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA | 15 |
| 2.3. O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)..... | 16 |
| 2.4. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA | 17 |
| 2.5. RENÚNCIA PREVIDENCIÁRIA | 18 |
| 2.6. EQUILÍBRIO FINANCEIRO NA GESTÃO DOS RPPS..... | 19 |
| 2.7. LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA APLICADA AO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO | 21 |
| 3. METODOLOGIA | 23 |
| 3.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA | 23 |
| 3.2. DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO..... | 24 |

| | | |
|-----------|--|-----------|
| 3.3. | COLETA DE DADOS | 25 |
| 3.4. | PROTOCOLO E TRATAMENTO DOS DADOS | 27 |
| 3.5. | LIMITAÇÕES AO MÉTODO | 29 |
| 4. | DESCRIÇÃO DO CASO | 34 |
| 5. | ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 49 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 60 |
| 7. | REFERÊNCIAS..... | 63 |

**ANEXO – CONSULTAS UTILIZADAS NAS EXTRAÇÕES DE DADOS DO BANCO
DE DADOS CORPORATIVO**

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado consistiu em apurar o montante de recursos financeiros que deixaram de ingressar no fundo previdenciário do Município do Rio de Janeiro, decorrente da prática de renúncia de contribuições previdenciárias de aposentados e pensionistas, a qual foi adotada por um ato de gestão entre os anos de 2004 e 2017, contrariando o estabelecido na Emenda Constitucional n. 41/2003.

Através do método quantitativo, a pesquisa procurou levantar nas folhas de pagamento do Instituto de Previdência os valores das bases previdenciárias de aposentados e pensionistas, calcular os respectivos valores das contribuições, consolidando-as mês a mês, e aplicar índices de correção que as trouxessem a valor presente.

Ao final, restou demonstrado, através de um dos métodos de correção, que o montante renunciado ultrapassaria um bilhão de reais, denotando que existem outros fatores, além da transição ou mudança demográfica, influenciando os resultados dos fundos de previdência.

Algumas limitações ocorreram com relação à obtenção de alguns dados históricos das folhas de pagamentos e de alguns índices de correção, porém, tais carências foram superadas com projeções.

Espera-se que esta dissertação sirva de inspiração para ampliar o debate em torno do tema previdência social e de base para estudos em outros regimes próprios.

Trata-se de um caso inédito, pois não se tem notícia de outro regime próprio que tenha procedido de igual maneira.

Palavras-chave: Previdência social brasileira; Contribuição previdenciária; Regime próprio de previdência social; Isenção previdenciária; Renúncia previdenciária; Equilíbrio financeiro na gestão dos RPPS

Categoria: Dissertação de Mestrado

ABSTRACT

The purpose of this master's dissertation was to set the amount of financial resources that have ceased to get in the social security fund of the City of Rio de Janeiro, resulting from the practice of waive social security contributions from retirees and pensioners, which was adopted by a management act between the years of 2004 and 2017, contraring the provisions of Constitutional Amendment n. 41/2003.

Through the quantitative method, the research sought to collect in the payroll of the Social Security Institute the values of the social security bases of retirees and pensioners, calculate the respective values of the contributions, consolidating them month by month and apply correction indexes that brought them to a present value.

In the end, one of the methods of correction showed that the amount waived would exceed one billion reais, denoting that there are other factors besides the transition or demographic change, influencing the results of the social security funds.

Some limitations occurred in relation to obtaining some historical data from the payroll and some correction indexes, however, such deficiencies were surpassed with projections.

It is hoped that this dissertation will serve as an inspiration for broadening the debate around the theme of social security and a basis for studies in others own social security regimes.

This is an unprecedented case, because there is no word of any other own social security regime has proceeded in the same way.

Keywords: Brazilian social security; Social security contribution; Own social security regime; Social security exemption; Social security waiver; Financial balance and management of OSSR

Paper category: Master's dissertation

LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
BCB – Banco Central do Brasil
CADPREV – Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social
CAPS – Caixas de Aposentadorias e Pensões
CGMRJ – Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
CTN – Código Tributário Nacional
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
EC – Emenda Constitucional
ERGON – Sistema Informatizado de Recursos Humanos
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNPREVI – Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social
IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCA-e – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
LC – Lei Complementar
LOPS – Lei Orgânica de Previdência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MONGERAL – Montepio Geral dos Servidores do Estado
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MRJ – Município do Rio de Janeiro

OSSR – Own Social Security Regime (Regime Próprio de Previdência Social)

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social

POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar dos Correios

PREVIRIO – Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RJ – Estado do Rio de Janeiro

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência Social

TCMRJ – Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Síntese das Diferenças para o RPPS entre o Decreto Municipal n. 23.844, de 18/12/2003 e a Emenda Constitucional n. 41, de 19/12/2003..... | 34 |
| Quadro 2 – Exemplo dos Dados Brutos Extraídos do Sistema Informatizado Relativo às Bases Remuneratórias Mensais dos Aposentados e Pensionistas..... | 37 |
| Gráfico 1 – Evolução das Contribuições Devidas de Jan. 2004 a Dez. 2017 (Valores Históricos x Acumulados e Corrigidos ao Longo do Tempo)..... | 54 |
| Gráfico 2 – Evolução das Contribuições Devidas de Jan. 2004 a Dez. 2017 (Valores Históricos x Valores Acumulados e Corrigidos ao Longo do Tempo – na Escala Logarítmica de Base 10)..... | 55 |
| Gráfico 3 – Quantitativo de Aposentados e Pensionistas que deveriam ter contribuído nas competências de Jan. 2004 a Dez. 2017..... | 56 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Tipos de Aposentadorias nas Folhas de Pagamentos de Jan. 2004 e Dez. 2017 do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro..... | 30 |
| Tabela 2 – Resultado Atuarial do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro – do ano-base 2004 a 2017..... | 36 |
| Tabela 3 – Valores de Teto do Regime Geral de Previdência Social – 2003 a 2018..... | 38 |
| Tabela 4 – Cálculo dos Percentuais das Contribuições Previdenciárias Devidas sobre a Folha Bruta de Pensionistas – Set.2008 a Dez.2017 | 39 |
| Tabela 5 – Contribuições Previdenciárias Estimadas com Base em Percentual Fixo sobre a Folha Bruta de Pensionistas – Jan. 2004 a Ago. 2008..... | 43 |
| Tabela 6 – Composição da Carteira de Investimentos Financeiros do Fundo de Previdência Municipal em Agosto de 2010..... | 45 |
| Tabela 7 – Cálculo dos Índices de Correção da Carteira de Investimentos Financeiros do Fundo de Previdência Municipal – Jan. 2004 a Jul. 2010..... | 47 |
| Tabela 8 – Cálculo das Contribuições Previdenciárias Devidas Corrigidas no Tempo – Jan. 2004 a Dez. 2017..... | 49 |
| Tabela 9 – Composição da Carteira de Investimentos Financeiros do Fundo de Previdência Municipal em Fevereiro de 2015..... | 59 |

1. Introdução

1.1. O Problema e a Questão de Pesquisa

O FUNPREVI – Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro foi criado em 28 de dezembro de 2001, através da Lei 3.344 (RIO DE JANEIRO, 2001), com a finalidade específica de prover recursos para o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados do regime próprio de previdência dos servidores públicos do Município do Rio de Janeiro e a seus dependentes. Tal iniciativa adveio da Lei Federal de n. 9.717 (BRASIL, 1998), de 27 de novembro de 1998, de reforma da previdência, e da Emenda Constitucional (EC) n. 20 (BRASIL, 1998), de 15 de dezembro de 1998, nas quais o Ministério da Previdência Social passou a permitir aos entes federados a criação dos seus fundos previdenciários.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n. 101 (BRASIL, 2000) e a Emenda Constitucional (EC) n. 41 (BRASIL, 2003), posteriormente, estabeleceram critérios mais rígidos para garantir um equilíbrio fiscal e financeiro adequado dos regimes próprios de previdência, dentre eles, o recolhimento da contribuição previdenciária de 11% (onze por cento) dos aposentados e pensionistas, o teto para benefícios vinculado ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, as regras de cálculo das pensões e a aposentadoria pela média dos maiores salários de contribuição correspondentes à 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde julho de 1994. Ocorre que através do Decreto Municipal n. 23.844 (RIO DE JANEIRO, 2003), de 18 de dezembro de 2003, o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro à época não só deixou de aplicar as novas regras para concessão de aposentadoria, leia-se: o cálculo da aposentadoria por média, bem como abriu mão de receber as contribuições de inativos e pensionistas. Tal medida se estende até os dias atuais, momento em que Bottari, Boere e Ouchana (2017), destacam a intenção do Prefeito Marcelo Crivella de taxar aposentados e pensionistas em 11% (onze por cento) sobre a parcela que exceder o teto do RGPS e a existência de um déficit nas contas do FUNPREVI da ordem de R\$ 2,6 bilhões. Sendo assim, considerando o cenário

descrito e buscando alcançar os objetivos propostos neste trabalho, definiu-se a seguinte questão de partida: Qual o montante financeiro que deixou de ser recolhido em favor do FUNPREVI, corrigido no tempo, decorrente da renúncia das contribuições previdenciárias dos inativos e pensionistas, praticada no período de janeiro de 2004 a dezembro 2017 ? Estima-se que estes valores renunciados ultrapassem um bilhão de reais.

Cabe aduzir que, se além desta apuração fossem, também, calculadas as diferenças entre as aposentadorias e pensões fixadas pelo último contracheque e a média, que deveria ter sido aplicada com a Emenda Constitucional (EC) n. 41 (BRASIL, 2003), este montante seria muito maior. Infelizmente, este levantamento não pode ser realizado, pois as informações das médias não constam ainda no Sistema Informatizado de Recursos Humanos. Os processos individuais de aposentadorias e pensões, que tratam deste tema, estão aguardando o deslinde quanto à criação de uma pensão vitalícia, que se propõe a compensar estas diferenças. Somente após esta definição é que as informações serão inseridas no sistema.

Um outro ponto relevante é que esta pesquisa ocorre no mesmo momento que está em discussão, em âmbito nacional, a Reforma da Previdência dos trabalhadores urbanos e rurais de todo o Brasil, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, sob a alegação de haver desequilíbrio financeiro e atuarial. Tal matéria vem sendo amplamente divulgada através de diversos canais de comunicação, inclusive no Portal do Ministério da Fazenda, ou seja, do próprio Governo Federal, que no dia 28/06/2018 publicou uma notícia (BRASIL, 2018), com o Secretário do Tesouro Nacional Mansueto Almeida, na qual destaca a urgência da reforma da previdência, visto que o superávit do Tesouro Nacional e do Banco Central não são suficientes para compensar os resultados da previdência. O Secretário ainda registrou que esta medida é essencial para o ajuste fiscal, pois a tendência não é a estabilização do gasto, e sim seu crescimento, pois o Brasil é um país jovem que passa por rápido processo de envelhecimento. Enquanto a reforma não se concretiza, o Governo Federal, no intuito de promover o equilíbrio dos gastos, tenta através de Medidas Provisórias, como a de n. 805 (BRASIL, 2017), de 30 de outubro de 2017, que perdeu sua eficácia por não ter sido votada no prazo, adotar práticas de cancelamento de

aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes e alterar regras de ajuda de custo e de auxílio moradia presentes na Lei n. 8.112 (BRASIL, 1990), de 11 de dezembro de 1990. Com a mesma Medida Provisória, buscou ainda estabelecer alíquota maior de contribuição previdenciária, de 14% (quatorze por cento) sobre a parcela da base de contribuição que superar o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS – Regime Geral de Previdência Social, através de alteração na Lei n. 10.887 (BRASIL, 2004), de 18 de junho de 2004.

A presente dissertação, desta forma, ajuda a demonstrar que o problema do déficit da previdência merece ser melhor investigado, pois existem outros fatores além da mudança ou da transição demográfica que influenciam nos resultados.

1.2. Objetivos

O objetivo geral desta dissertação consistiu em verificar o montante financeiro que deixou de ser recolhido em favor do FUNPREVI - Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro, corrigido no tempo, decorrente da política de renúncia da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas, praticadas nas gestões Cesar Maia, Eduardo Paes e Marcelo Crivella, compreendendo o período de janeiro de 2004 a dezembro de 2017, contrariando o que determinava a Constituição Federal.

No que tange aos objetivos específicos deste trabalho foi necessário:

- Pesquisar a evolução histórica do sistema de seguridade brasileiro, de forma a melhor compreender como chegamos ao modelo previdenciário em vigor, sua estruturação e repartição de competências;
- Verificar a legislação previdenciária aplicada ao Município do Rio de Janeiro no período;
- Observar as Prestações de Contas da Gestão, os Demonstrativos de Resultados de Avaliação Atuarial – DRAA do FUNPREVI e os Relatórios da Diretoria de Investimentos do PREVIRIO, no mesmo período, de forma a verificar a evolução da formação das reservas, seu equilíbrio financeiro e sua rentabilidade;
- Levantar os limites de teto de contribuição para o INSS e os respectivos percentuais mensais do IPCA;
- Coletar as bases previdenciárias de aposentados e pensionistas das respectivas das folhas de pagamento, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2017; e
- Calcular os valores das contribuições que deveriam ter sido recolhidas ao FUNPREVI, corrigindo-as a valor presente pelo índice de inflação oficial ou indicador mais adequado que possa surgir durante a pesquisa, pois a rentabilidade obtida na gestão do fundo no período, em razão da sua política de investimentos, pode ter sido maior.

1.3. Delimitação do Estudo

O estudo foi realizado no âmbito do Fundo de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro e considerou os valores de contribuição previdenciária renunciados no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2017, de aposentados e pensionistas cuja base tivesse ultrapassado o teto do Regime Geral de Previdência Social, regras estas previstas na Emenda Constitucional (EC) n. 41 (BRASIL, 2003). O levantamento envolveu aproximadamente 68.000 (sessenta e oito mil) aposentados e 14.000 (quatorze mil) pensionistas presentes nas folhas de pagamentos do FUNPREVI.

1.4. Relevância

Trata-se de um caso inédito (não se tem notícia de outro ente da federação que tenha procedido de igual maneira), contemporâneo, ocorrido no âmbito do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro, gestor do FUNPREVI, caracterizado por questões aparentemente controversas, no qual temos de um lado um “benefício” concedido a aposentados e pensionistas e de outro um déficit nas contas do Fundo de Previdência. Desta forma, o estudo se reveste de grande relevância na medida em se propõe primeiramente a evidenciar o montante de recursos financeiros que deixaram de ingressar nos cofres do fundo de previdência municipal. Esta decisão de renúncia do então Prefeito César Maia, mantida pelos seus sucessores Eduardo Paes e Marcelo Crivella, sob a ótica da gestão pública, pode ter contribuído para o desequilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Município do Rio de Janeiro, podendo vir a comprometer a saúde financeira do fundo e, conseqüentemente, os pagamentos futuros de aposentadorias e pensões.

Em segundo lugar, este estudo pretende servir de base para propiciar e ampliar o debate, seja pelo setor público, seja pela sociedade, em torno deste tipo de decisão, ensejando o desenvolvimento de novos estudos que procurem analisar os processos, assim como os limites de decisão dos gestores, podendo vir a ser o embrião de novas ideias e estabelecer novas regras e parâmetros de atuação e controle. Outro ponto de discussão é que, em que pese a competência concorrente de União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre previdência social, estabelecida no art. 24, XII, da Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988), o Decreto Municipal n. 23.844 (RIO DE JANEIRO, 2003), de 18 de dezembro de 2003, jamais poderia ter sido editado, visto que o Município não possuía competência para tal. Com a edição da Emenda Constitucional (EC) n. 41 (BRASIL, 2003), de 19 de dezembro de 2003, o Decreto deveria ter sido imediatamente revogado, uma vez que claramente contrariava os dispositivos introduzidos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Este fato chegou a ser objeto de questionamento pelos órgãos competentes de fiscalização e controle nos exercícios seguintes, porém, tal revogação somente veio a ocorrer quase quinze anos

depois, através do Decreto n. 44.283 (RIO DE JANEIRO, 2018), de 2 de março de 2018.

1.5. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação é composta de seis capítulos e um anexo, sendo esta, a introdução, onde são caracterizados o problema, a questão de pesquisa, o contexto, a justificativa, os objetivos geral e específicos, a delimitação do estudo e relevância. Em seguida, foi desenvolvida a *revisão* de literatura, passando ao detalhamento dos procedimentos metodológicos, prosseguindo com a descrição do caso, a análise dos dados e discussão dos resultados, com os achados do estudo decorrentes da coleta e análise dos dados quantitativos, demonstrando o montante financeiro renunciado corrigido no tempo; passando então para as considerações finais com as recomendações e conclusões. Por fim, um anexo traz as consultas (*queries*) realizadas no banco de dados corporativo, que formou a base para os cálculos efetuados nesta dissertação.

2. Referencial Teórico

2.1. A Evolução do Sistema de Seguridade Brasileiro

Sem a pretensão de querer esgotar neste estudo todos os fatos ocorridos, mas apenas destacar os principais marcos históricos, temos que a previdência social brasileira, de acordo com Ibrahim (2013), nada mais é do que um modelo de proteção social que adveio da evolução de modelos internacionais, que inicialmente eram voluntários e privados; e das próprias mudanças nas relações de trabalho. Sua origem no Brasil, de acordo com o sítio da Previdência Social – www.previdencia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historico (BRASIL, 2017), data de 1543 com a criação das Santas Casas, que estabeleceram os primeiros planos de pensão para seus funcionários e das Ordens Terceiras, que ofereciam amparo, hospitais e asilos para seus associados. Na primeira metade do século XIX, tivemos a evolução deste modelo de pensões com a criação dos montepios (da guarda pessoal de D. João VI, do Exército, do MONGERAL – Montepio Geral dos Servidores do Estado, entre outros).

Com a passagem para a República, começaram a surgir os primeiros planos previdenciários para grupos específicos da administração pública, tais como: servidores de ministérios, ferrovias e forças armadas, mas ainda não era um regime propriamente dito. Este somente veio a surgir com a edição do Decreto n. 4.682 (BRASIL, 1923), de 24 de janeiro de 1923, também chamado de “Lei Eloy Chaves”, que instituiu formalmente a previdência social no Brasil com as chamadas CAPS – Caixas de Aposentadorias e Pensões, um modelo de previdência privada que, conforme Blohem (2016), foi criado inicialmente para atender os segurados das ferrovias, baseado num regime contributivo e de capitalização. Naquele momento não existia ainda uma instituição estatal de previdência formalmente constituída para fazer a gestão destes fundos. Esta tarefa, inicialmente, assim como sua criação, ficava a cargo das próprias CAPS. Os benefícios garantidos pela Lei Eloy Chaves eram: aposentadoria, pensão para os herdeiros, atendimento médico para toda a família e

medicamentos com preço diferenciado. Este modelo foi se expandindo até que, após a Revolução de 1930, no governo Vargas, tivemos uma mudança significativa no sistema trabalhista-previdenciário, com a edição do Decreto n. 19.433 (BRASIL, 1930), de 26 de novembro de 1930, no qual o governo criou instituições públicas de previdência social, os chamados IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões. O problema deste modelo, segundo Blohem (2016), era que, como não havia um padrão, o controle e fiscalização ficavam prejudicados. Sem contar que alguns Institutos, dada sua capacidade financeira, apresentavam planos de benefícios muito melhores do que outros. Oliveira e Fleury (1986) argumentam que a prática de governos de utilizar recursos previdenciários para financiar obras e projetos de interesses políticos também contribuiu para o agravamento dos problemas. Oliveira, Beltrão e David (1999), na mesma linha, além de destacarem que a previdência social foi alvo, desde a década de 30, de manipulação política, nos quais os Institutos de Previdência funcionavam como instrumento de captação para a realização de investimentos em setores determinados pelo governo, indo desde projetos habitacionais como a construção de casas populares a empreendimentos de maior porte, como a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce, ressaltaram ainda que a ausência do pagamento da cotização da União, pois o sistema previdenciário na época era tripartite, onde contribuía Estado, empregado e empregadores, somados a sonegação por parte dos empregadores e a prática do “*empreguismo*”, onde os Institutos eram utilizados para o aparelhamento político partidário, levaram ao agravamento da crise financeira no sistema previdenciário. Segundo os autores, a dívida acumulada da União com a previdência social alcançou em 1991 R\$ 10 bilhões.

Posteriormente, tivemos a edição da Lei n. 3.807 (BRASIL, 1960), de 26 de agosto de 1960, que criou a LOPS – Lei Orgânica de Previdência Social, unificando toda a legislação relacionada aos IAPs. Depois, a Lei n. 4.214 (BRASIL, 1963), de 2 de março de 1963, criou a carteira profissional do trabalhador rural e o FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, destinado à assistência médico-social do trabalhador rural e de seus dependentes. Mais adiante em 1966, tivemos em 13 de setembro, através da Lei n. 5.107 (BRASIL, 1966), a criação do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a extinção dos IAPs. Em 21 de novembro do mesmo

ano, através do Decreto-Lei n. 72 (BRASIL, 1966), houve a criação do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, uma autarquia federal que englobou seis IAPs e que, com o passar dos anos, registrou o maior número de segurados e de recursos administrados. De acordo com Ibrahim (2013), esta unificação foi bastante complexa por conta das dificuldades em consolidar aqueles institutos e em controlar um novo de porte tão grande. Em 1967, com a edição do Decreto-Lei n. 200 (BRASIL, 1967), de 25 de fevereiro de 1967, que marcou a segunda reforma administrativa do Estado, tivemos a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social que, mais tarde, com a Lei n. 6.036 (BRASIL, 1974), de 1º de maio de 1974, seria desmembrado no Ministério do Trabalho e no Ministério de Previdência e Assistência Social. Mas, antes disso, em 1971, tivemos um marco importante, que foi a criação, através da Lei Complementar n. 11 (BRASIL, 1971), em 25 de maio, do PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, que passou a contemplar os trabalhadores rurais com benefícios previdenciários e, em 1972, com a Lei n. 5.859 (BRASIL, 1972), de 11 de dezembro, a inclusão dos empregados domésticos na previdência social.

Para Ibrahim (2013), a criação de um Ministério específico denotou a importância e grandiosidade que este tema ganhou. Com autonomia para elaborar e executar as políticas públicas em matéria de previdência, foi construída uma base abrangente, que evoluiu ao longo do tempo para o modelo que temos hoje de previdência, assistência e seguridade social. Só que naquela ocasião a abrangência era a previdência e a assistência médica e social.

Em 1977, através da Lei n. 6.439 (BRASIL, 1977), de 1º de setembro, foi instituído o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência Social, vinculado ao MPAS, que propunha as políticas de previdência, assistência médica, farmacêutica e social e supervisionava os órgãos e entidades a ele subordinados. Através deste sistema, novas autarquias foram criadas e as atividades desmembradas. O INPS passou a cuidar dos benefícios previdenciários, o INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social da assistência médica e o IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social da gestão financeira, patrimonial e administrativa. Neste período, os déficits da previdência ficaram mais significativos. Segundo Oliveira e Fleury (1986), a queda na taxa de emprego, o que reduziu o

volume de contribuições; a concessão de benefícios de aposentadoria rural, sem a contrapartida das contribuições; e o aumento da expectativa de vida da população ajudaram a agravar o problema. Posteriormente, o país entrou em recessão e o Governo Federal reduziu suas transferências para o sistema, fazendo com que o desequilíbrio nas contas se acentuasse. Para Nogueira (2012), a concessão de aposentadorias sem fonte de custeio definida também representou um dos fatores para o desequilíbrio financeiro e atuarial.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) trouxe mudanças importantes em matéria de previdência, separou os trabalhadores da iniciativa privada e os do setor público, estabeleceu no artigo 24, inciso XII a competência concorrente para União, Estados e Distrito Federal legislar sobre previdência e instituiu no artigo 194 a previdência social como uma das ações do poder público que compunham, juntamente com a saúde e a assistência social, uma ação maior que chamou de Seguridade Social. Em seu artigo 201, a Carta Magna estabeleceu claramente que a política previdenciária atenderia tão somente: a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. Definiu ainda a compensação financeira entre os regimes, a contagem de tempo recíproca, entre outros. Em 27 de junho de 1990, tivemos a criação, através do Decreto n. 99.350 (BRASIL, 1990), do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, uma autarquia federal que adveio da fusão do IAPAS e do INPS, responsável por promover a arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e demais receitas da previdência social, gerir seus recursos, conceder e manter os benefícios e serviços previdenciários e executar as atividades e programas relacionados ao emprego, apoio ao trabalhador desempregado, identificação profissional, segurança e saúde do trabalhador.

As regras estavam definidas, mas pouco tempo depois Giambiagi, Oliveira e Beltrão (1996) relatavam, após meados dos anos 90, a falência do modelo previdenciário brasileiro. As regras vigentes à época eram extremamente

benevolentes. A aposentadoria por tempo de serviço levava os indivíduos a se aposentarem muito cedo em relação à expectativa de vida. O cálculo do benefício era realizado com base nos salários dos últimos três anos, além de uma massa demográfica de idosos bastante representativa. Propuseram como reforma, em síntese, a adoção do tempo de contribuição, um maior espaço para os fundos de capitalização, o direito de escolha do cidadão ao plano de benefícios, regras de transição e um teto para pagamento inferior. Tudo isto com o objetivo de garantir o equilíbrio do sistema.

As reformas foram realizadas, principalmente, através das Emendas Constitucionais n. 20 (BRASIL, 1998), n. 41 (BRASIL, 2003) e n. 47 (BRASIL, 2005). Muitas regras foram introduzidas, tais como: o caráter contributivo e solidário, o fator previdenciário, a uniformidade para a concessão das aposentadorias, que passou a ser por tempo de contribuição e por idade, as condições de transição e os regimes próprios. Acabaram com a paridade e a integralidade, os benefícios passaram a ser calculados pela média dos maiores salários de contribuição, correspondentes à 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde julho de 1994. Mesmo assim, o peso da previdência social nos gastos públicos no orçamento da União, leia-se: RGPS, era significativo. Rodrigues (2014), também verificou o aumento destes gastos sobre o orçamento entre os anos de 2001 e 2014. Hoje, passados mais de vinte anos das alternativas propostas por Giambiagi, Oliveira e Beltrão (1996) e das considerações trazidas por Nóbrega (2006), que salientou que caberia à sociedade discutir e ao governo implementar um sistema previdenciário que mais se aproximasse daquele teoricamente capaz de dirimir distorções, prover redistribuição, aumentar poupança e, por fim, ensejar o crescimento econômico, estamos novamente discutindo a questão da reforma da previdência em âmbito nacional.

Deste modo, chegamos assim ao conceito mais atualizado de previdência social que, reafirmado por Blohem (2016) e alinhado ao conceito constitucional (BRASIL, 1998), destaca que a previdência social é um seguro social prestado mediante contribuições, com a finalidade de prover subsistência básica ao segurado ou a seu dependente, em caso de perda, temporária ou permanente, de sua capacidade laboral, ocasionada por fato previsível (idade avançada, tempo de

serviço/contribuição) ou imprevisível (acidente, doença) por meio de prestações financeiras ou serviços dirigidos aos seus segurados e seus dependentes. Portanto, sempre que verificarmos o termo “previdência social” neste estudo, deve-se entendê-lo no sentido aqui explicitado, ou seja, uma política pública destinada a assegurar benefícios ou serviços ao trabalhador ou àqueles que dela dependem economicamente, quando da ocorrência de uma contingência social.

2.2. A Contribuição Previdenciária

Um outro conceito igualmente importante e que vem a ser o objeto central deste estudo é o da contribuição previdenciária. Sussekind (1955) cunhou um dos primeiros conceitos de contribuição previdenciária ao destacar que, no Brasil, o custeio da previdência social proveria das quotas pagas pelo segurado, pelo respectivo empregador e pela União. Este entendimento foi evoluindo ao longo do tempo, até chegarmos ao conceito que temos hoje de tributo. De acordo com Paulsen (2004), este tema foi por muito tempo alvo de intenso debate até a Carta Magna de 1988, já que a Constituição Federal de 1967 (BRASIL, 1967) sofreu modificações de conteúdo, que interferiram na sua caracterização como tributo. Com o advento da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), porém, as contribuições previdenciárias voltaram a ser consideradas como espécies tributárias. Primeiro, porque estavam previstas em Capítulo do Sistema Tributário Nacional, na Lei n. 5.172 (BRASIL, 1966), de 25 de outubro de 1966. Segundo, porque se enquadravam no conceito de tributo previsto no artigo 3º do Código Tributário Nacional (BRASIL, 2012); e terceiro, porque possuíam destinação definida constitucionalmente. O Supremo Tribunal Federal pacificou esta questão ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI n. 2.010 (BRASIL, 2004), na qual restou definida que a contribuição para a seguridade social é tributo vinculado. Em sendo a contribuição previdenciária um tributo vinculado, empregador e empregado participam, dentro dos seus respectivos percentuais, para que no futuro o empregado ou seu(s) pensionista(s) seja(m) amparado(s) por um benefício previdenciário (aposentadoria ou pensão).

2.3. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

Com o advento da Reforma da Previdência de 1998, que teve como marco regulatório a Lei Federal de n. 9.717 (BRASIL, 1998), de 27 de novembro de 1998, a qual regulamentou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a Emenda Constitucional n. 20 (BRASIL, 1998), de 15 de dezembro de 1998, o Ministério da Previdência Social passou a permitir aos entes federados a criação dos seus RPPS's, como medida para buscar a regularidade do sistema. A Reforma da Previdência, estabeleceu ainda o caráter contributivo e solidário, exigindo a observância das regras que preservassem o equilíbrio financeiro do sistema e vedou, para servidores públicos, a concessão de benefícios distintos dos previstos na legislação federal para segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

De acordo com Rabelo (2001), o RPPS é o regime de previdência social dos servidores públicos estatutários, detentores de cargo efetivo, constituído por um ente federado, incluindo suas autarquias e fundações públicas. Tal regime foi regulado a partir do Art. 40 da Lei Magna (BRASIL, 1988) e por diversas normas infraconstitucionais. Atualmente, conforme notícia (BRASIL, 2018) publicada em 20 de junho de 2018 no portal da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, existem 2.123 (dois mil, cento e vinte e três) entes da federação com Regimes Próprios de Previdência Social. No Município do Rio de Janeiro, apesar da reforma ter ocorrido em 1998, a criação do RPPS somente se deu três anos depois, através da Lei Municipal n. 3.344 (RIO DE JANEIRO, 2001), de 28 de dezembro de 2001, que estabeleceu o caráter contributivo e solidário, com contribuições tanto de servidores quanto do Município e como segurados os servidores titulares de cargos efetivos da administração direta, autárquica e fundacional, da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município, bem como seus Conselheiros e os inativos que naquela ocasião recebiam dos cofres municipais.

2.4. Isenção Previdenciária

A isenção da contribuição previdenciária foi estabelecida no §1º do art. 3º da Emenda Constitucional n. 20 (BRASIL, 1998), para os servidores ativos, detentores de cargo efetivo, que até data de sua publicação, 16.12.1998, tivessem completados os requisitos para a aposentadoria voluntária integral. Segundo Carus (2005), até a Emenda Constitucional n. 41 (BRASIL, 2003), uma vez entendida a natureza jurídico-tributária da contribuição previdenciária, a sua isenção dependeria do atendimento de alguns requisitos, tais como: a) o preenchimento das condições para a aposentadoria voluntária; b) a opção de permanência em atividade; e c) para os servidores estaduais e municipais, a isenção somente ocorreria nos moldes estabelecidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), no seu artigo 149, § 1º, qual seja, se houvesse previsibilidade na Constituição estadual, na lei orgânica municipal ou na legislação previdenciária que regulasse a aposentadoria desses servidores. Com o advento da referida Emenda n. 41 (BRASIL, 2003), foi criado o abono de permanência, pago em valor equivalente ao da contribuição previdenciária, para aqueles servidores que tivessem completado as exigências para a aposentadoria voluntária, mas que optassem por permanecer em atividade e a possibilidade da isenção só poderia ocorrer por determinação judicial.

Barros (2010) apresentou a distinção entre a isenção da contribuição previdenciária e o abono de permanência. A isenção consistiria na dispensa legal do tributo, no qual seu lançamento seria inibido, excluindo o respectivo crédito tributário com o afastamento da contribuição que seria exigida do servidor. Já o abono implicaria em dois lançamentos, no regular desconto / recolhimento da contribuição previdenciária e na devolução do mesmo valor a crédito sob a forma de abono para o servidor.

2.5. Renúncia Previdenciária

Para Diniz (1998), o ato de renunciar consiste na desistência de algum direito. Trata-se de ato voluntário pelo qual alguém abre mão de alguma coisa ou direito próprio. É baseado neste conceito que este estudo será desenvolvido, considerando que houve renúncia das contribuições previdenciárias de inativos e pensionistas do Município do Rio de Janeiro, através do Decreto Municipal n. 23.844 (RIO DE JANEIRO, 2003), de 18 de dezembro de 2003, por parte dos Prefeitos César Maia, Eduardo Paes e Marcelo Crivella, algo inusitado no contexto de gestão do RPPS municipal, posto que a legislação em vigor, leia-se: Emenda Constitucional n. 41 (BRASIL, 2003), não previa esta possibilidade.

2.6. Equilíbrio Financeiro na Gestão dos RPPS

Conforme dito anteriormente, a complexidade das regras que foram delineadas ao longo do tempo para assegurar o pagamento de aposentadorias e pensões, associada à maior expectativa de vida da população, influenciada ainda pelo nível de atividade econômica e de geração de empregos do país, por reajustes salariais concedidos, benefícios assistenciais, isenções e, principalmente, pelos processos de gestão, estando neles incluídos: a desvinculação das receitas, as remissões e as renúncias, todos estes são fatores que refletem nos resultados dos regimes previdenciários, fazendo com que que passem por situações superavitárias, de equilíbrio ou de desequilíbrio atuarial e financeiro.

A reforma da previdência de 1998, trazida pela Emenda Constitucional n. 20 (BRASIL, 1998), exigiu observância às regras que preservassem o equilíbrio financeiro do sistema. De acordo com Blohem (2016), este equilíbrio consiste na equivalência que deve existir entre as receitas auferidas e as despesas realizadas em função dos benefícios e serviços pagos ou prestados aos segurados ou a seus dependentes, levando em consideração o intervalo de tempo de janeiro a dezembro de cada ano. Bogoni (2011) preconiza ainda que os riscos de se criar ou manter um RPPS são inerentes a uma gestão pública eficiente e a uma correta avaliação atuarial. Se a unidade gestora do RPPS não obtiver, no mínimo, a rentabilidade prevista nas avaliações atuariais, o equilíbrio financeiro e atuarial estará comprometido, o que poderá acarretar em déficits financeiros e até mesmo fazer com que o regime entre em extinção. Portanto, a solvência dos RPPS's depende essencialmente da boa gestão dos seus recursos financeiros e de cálculos atuariais consistentes.

No Município do Rio de Janeiro, esta questão é igualmente relevante. Apesar da renúncia previdenciária ocorrida entre 2004 e 2017, percebe-se uma busca pela manutenção do equilíbrio das contas do FUNPREVI com a apresentação pelo Prefeito Eduardo Paes de um plano de capitalização, que foi consolidado através da Lei Municipal n. 5.300 (RIO DE JANEIRO, 2011), de 13 de setembro de 2011, estabelecendo dentre algumas medidas, a contribuição patronal suplementar de 35%

(trinta e cinco por cento), com o aporte de recursos do Tesouro Municipal e a transferência de imóveis dominicais do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (PREVIRIO), autarquia gestora do RPPS, para o patrimônio do FUNPREVI. Logo, temos aqui um ponto crucial, no qual a renúncia previdenciária praticada por ato de gestão durante mais de dez anos, deve, de fato, ter refletido negativamente nos resultados do RPPS do Município do Rio de Janeiro, levando o Chefe do Executivo a lançar mão de medidas saneadoras, como as da Lei n. 5.300 (RIO DE JANEIRO, 2011), de 13 de setembro de 2011 e, recentemente, a Lei Complementar n. 193 (RIO DE JANEIRO, 2018), de 24 de julho de 2018, que reestabeleceu a contribuição previdenciária no âmbito do Município do Rio de Janeiro sobre aposentadorias e pensões, o que torna ainda mais importante a averiguação proposta por este estudo. Convém destacar que a cobrança da contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões somente poderá produzir seus efeitos após o prazo nonagesimal.

Segundo Trigg e Ishimaru (2013), as medidas tradicionais dos reflexos nos resultados se dão através de números. É com este viés que a apuração proposta nesta pesquisa será realizada.

Em síntese, temos que a busca pelo equilíbrio financeiro dos regimes de previdência é tarefa complexa a ser desempenhada pelos seus gestores, sob pena de comprometimento do pagamento de aposentadorias e pensões.

2.7. Legislação Previdenciária Aplicada ao Município do Rio de Janeiro

Segundo Blohem (2016), os servidores vinculados aos regimes próprios, titulares de cargos efetivos dos diversos entes e poderes, assim como de suas autarquias e fundações, podem aposentar-se de duas formas distintas: com proventos proporcionais ou com proventos integrais, assim como possuem assegurado também o benefício da pensão por morte, todos estabelecidos no art. 40 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

No tocante à aposentadoria, as condições para que ela ocorra depende da conjunção de alguns fatores, dentre eles: tempo de contribuição, idade, sexo, profissão e até mesmo condições de saúde, isto porque a aposentadoria por invalidez é uma das possibilidades, assim como a aposentadoria especial, que é aquela concedida ao trabalhador em razão da exposição a agentes nocivos de insalubridade, periculosidade ou penosidade, que podem causar algum risco à sua saúde.

O momento exato para a concessão da aposentadoria, seja ela proporcional ou integral, depende na maioria das vezes da motivação do servidor e do cumprimento das regras estabelecidas na legislação em vigor, que podem ser permanentes ou transitórias e que dependem da data de ingresso do trabalhador no serviço público. Para o período compreendido neste estudo, estas regras estão dispostas:

- primeiramente, no art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988); e suas alterações:
- nas Emendas Constitucionais n. 20 (BRASIL, 1998), de 15 de dezembro de 1998, n. 41 (BRASIL, 2003), de 19 de dezembro de 2003 e n. 47 (BRASIL, 2005), de 05 de julho de 2005.

No tocante à contribuição previdenciária, o §18 da Emenda Constitucional n. 41 (BRASIL, 2003) deixou clara a questão da contribuição de inativos e pensionistas, ao destacar que incidiria a contribuição sobre os proventos de aposentadorias e

pensões concedidas pelo regime de que trata o art. 40 (BRASIL, 1988), que superassem o teto estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

3. Metodologia

3.1. Abordagem Metodológica

A pesquisa foi de cunho bibliográfico – documental e com abordagem quantitativa, que conforme Coutinho (2014), consiste em estabelecer um modelo hipotético-dedutivo, centrado na análise dos fatos e fenômenos observáveis, bem como na medição / avaliação em variáveis comportamentais e/ou socioafetivas passíveis de serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo de investigação. Segundo Choy (2014), o método, também, permite uma obtenção de dados mais rápida, além da economia de tempo e recursos.

Desta forma, a pesquisa contou com a revisão de literatura pertinente ao tema, bem como da análise de legislações, documentos e relatórios, de forma a embasar e contextualizar a pesquisa. Foram levantadas, ainda, as bases previdenciárias dos servidores inativos e pensionistas presentes nas folhas de pagamentos, as quais constavam em banco de dados do sistema informatizado de recursos humanos do PREVIRIO – ERGON e os respectivos índices de correção, para que assim os cálculos fossem efetuados e o montante renunciado apurado, elucidando assim a questão proposta.

No campo quantitativo, em síntese, foram realizadas as seguintes etapas:

1º) levantamento das bases previdenciárias presentes nas folhas de pagamentos de aposentados e pensionistas;

2º) cálculo do valor devido de contribuição, mês a mês, tributando em 11% da base previdenciária sobre a parcela excedente ao teto do regime geral no período;

3º) levantamento dos índices de correção que seriam aplicados sobre as contribuições devidas; e

4º) cálculo do montante renunciado, considerando os valores devidos consolidados, mês a mês, corrigidos e acumulados ao longo do tempo.

3.2. Delimitação da População em Estudo

A população em estudo ficou restrita aos servidores inativos e pensionistas, presentes em folhas de pagamentos de aposentadoria e pensões pagas pelo FUNPREVI cujas bases previdenciárias ultrapassaram os valores de teto do Regime Geral de Previdência Social, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2017. Foram considerados a totalidade dos aposentados e pensionistas presentes nestas folhas de pagamento – cerca de 68.000 (sessenta e oito mil) aposentados e 14.000 (quatorze mil) pensionistas, onde, uma vez verificada a existência de duplo vínculo, suas bases previdenciárias foram somadas¹ e consolidadas ao grupo que, de fato, excedeu o teto do Regime Geral nos respectivos períodos. Sobre este grupo é que foi apurado, de forma individualizada e corrigido no tempo, o valor renunciado de contribuição previdenciária.

¹ Se o beneficiário possui mais de um vínculo na fonte pagadora, as bases previdenciárias são calculadas separadamente nos contracheques, ou seja, por vínculo / matrícula. Individualmente o servidor ou beneficiário pode não ter ultrapassado o teto para tributação do Regime Geral. Entretanto, ao somar os vínculos tal limite pode ser suplantado.

3.3. Coleta de Dados

Na parte de revisão de literatura, foi pesquisada a evolução histórica do sistema de seguridade brasileiro, para que pudesse haver uma melhor compreensão de como o modelo previdenciário vigente foi alcançado. Neste contexto, foram levantadas, também, as legislações previdenciárias aplicáveis aos servidores do Município do Rio de Janeiro.

No campo quantitativo, foram analisadas as Prestações de Contas Anuais da Gestão do Município do Rio de Janeiro do período, que estavam disponíveis no sítio da Controladoria Geral do Município (CGMRJ, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017), que incluíam: os Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais, assim como foram observados os Demonstrativos de Resultados de Avaliação Atuarial, que estavam disponíveis em dois sítios da Previdência Social (BRASIL, 2005, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018) e os Relatórios da Diretoria de Investimentos do PREVIRO (PREVIRO, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018), de forma a verificar a evolução da formação das reservas do FUNPREVI, a rentabilidade dos investimentos e o seu equilíbrio financeiro. Foram consultados ainda, nos sítios do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Fazenda – Dataprev (BRASIL, 2017, 2018) os tetos previdenciários do Regime Geral de Previdência, no sítio do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2018) a taxa Selic e no sítio do IBGE (BRASIL, 2018), os percentuais mensais do IPCA-e e do IPCA², até janeiro de 2018, que foram, em conjunto com as bases previdenciárias coletadas, os componentes dos cálculos realizados nesta dissertação.

Cabe destacar que o processo de mensuração dos valores se deu, inicialmente, através da coleta de dados numéricos em bases de registros estruturados de folha de

² O IPCA é o mais relevante dos índices empregados no Brasil no que se refere à política monetária, já que foi escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para o sistema de metas para a inflação implementado em junho de 1999 (BRASIL, 1999, 2016).

pagamentos. Estes dados foram coletados pelo autor através de pesquisa em banco de dados, utilizando o *software* SQL Plus (*Structured Query Language*). Esta linguagem de consulta estruturada é de conhecimento técnico do autor e, segundo Laurini & Thompson (1995), é o modelo mais frequentemente encontrado para este tipo de levantamento, pois provê um modo bastante natural para acessar dados e executar algumas operações sobre eles. Sendo assim, foram selecionadas, de forma individualizada, todas as bases previdenciárias constantes das folhas de pagamento de aposentados e pensionistas pagas pelo FUNPREVI – Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2017 (PREVIRIO, 2018). No caso das folhas normais de pagamentos de aposentados, foi selecionado, mês a mês, o valor da rubrica auxiliar n. 988, verba que registra o somatório de todas as rubricas do contracheque que devem sofrer a incidência do percentual de contribuição previdenciária, tais como: proventos, triênios, vantagens asseguradas, direitos pessoais, gratificações incorporadas, etc., formando assim uma base para tributação – ainda que não houvesse o desconto efetivo no contracheque da respectiva contribuição. Para as folhas normais de pensionistas, como tal verba auxiliar não era calculada, foi necessário criar um fator de cálculo no sistema, chamado de “teste w”, que reunisse as rubricas sob as quais deveria incidir o desconto previdenciário. As verbas presentes neste fator foram então somadas, mês a mês, e passaram a compor a base previdenciária mensal dos pensionistas. No caso das folhas de 13º salário, tanto para aposentados quanto para pensionistas, foi também necessário adotar o mesmo procedimento de utilização de um fator que reunisse as verbas dos contracheques de 13º salário. Como as verbas de 13º salário possuíam numeração distinta das verbas das folhas normais, foi necessário utilizar um outro fator de cálculo, o “BASE PREVIRIO 13”.

3.4. Protocolo e Tratamento dos Dados

Em linhas gerais, dos dados extraídos do banco de dados do sistema informatizado de Recursos Humanos – ERGON constaram: CPF, número funcional (NUMFUNC), número do vínculo (NUMVINC), número do pensionista (Numpens), matrícula, cargo, data de nascimento, sexo, data de aposentadoria, órgão em que se deu a aposentadoria, competência e valor de base previdenciária. Estes compuseram uma planilha eletrônica, na qual foram verificadas as situações de servidores ou pensionistas com mais de um vínculo ou matrícula na mesma competência (ou mês de direito) e relacionados ao mesmo fato gerador. Os casos identificados tiveram suas bases previdenciárias somadas e, em seguida, todos os valores foram comparados, mês a mês, com o respectivo valor de teto do regime geral de previdência da ocasião.

Cabe destacar que, para validar os dados extraídos, uma amostra dos resultados foi confrontada com os valores de base presentes nos contracheques dos aposentados e pensionistas. No caso, um quantitativo de 383 (trezentos e oitenta e três) contracheques foram selecionados de forma aleatória para esta conferência. Este cálculo considerou a população inicial de 82.000 (oitenta e dois mil) indivíduos, sendo: 68.000 aposentados e 14.000 pensionistas, para um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e margem de erro de 5% (cinco por cento).

Então, para aqueles casos cujos valores de base ultrapassaram o teto do Regime Geral, foram calculados à razão de 11% (onze por cento), percentual este devido pelo contribuinte, conforme Emenda Constitucional n. 41 (BRASIL, 2003), sobre a parcela excedente. Ao final, todos os casos calculados foram somados e consolidados mês a mês. Posteriormente, foram aplicados dois índices de correção mensal bastante conservadores sobre o valor consolidado, que foram o IPCA-e (BRASIL, 2018) e o índice mensal de rentabilidade dos investimentos financeiros do FUNPREVI. Estes valores foram então acumulados para o mês subsequente, os quais foram somados às parcelas apuradas naquele mês e seu montante sofreu a aplicação de nova correção, no mesmo modelo de juros compostos; e assim sucessivamente. Ao chegar em janeiro de 2018, tivemos todo o montante atualizado que deveria

constar dos cofres do FUNPREVI – Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro.

As consultas (*queries*) utilizadas na extração dos dados quantitativos do banco de dados corporativo constam do Anexo da dissertação.

Sendo assim, temos que a:

- Validade do constructo foi feita através múltiplas fontes de evidências, análise de documentos, relatórios, referencial teórico e registros presentes em banco de dados informatizado;
- Validade interna dos dados quantitativos foi realizada através de cálculos, tabulações, validações e estatísticas; e
- Confiabilidade pode ser verificada no passo a passo detalhado anteriormente, o que permite a repetição dos procedimentos realizados.

3.5. Limitações ao Método

Além da subjetividade do pesquisador e a inexistência de estudos anteriores com o mesmo objetivo e mesma população alvo, podemos destacar que como a pesquisa é inédita, por si só já vem revestida de certa limitação. Outra restrição é a de que as condições desta dissertação foram *ceteris paribus*. O montante financeiro final foi apurado tomando por base a soma dos valores calculados de contribuição previdenciária incidentes sobre as respectivas bases, presentes em folha de pagamentos, que ultrapassaram o teto do regime geral, os quais foram corrigidos cumulativamente ao longo do tempo, não considerando, portanto, qualquer outra dinâmica de entrada e/ou saída de recursos do Fundo Previdenciário, ou seja, não levando em conta eventuais aportes ou desembolsos realizados.

Durante o processo de levantamento dos dados, dificuldades adicionais surgiram. Uma delas foi o fato de não constar em banco de dados todo o período das folhas de pagamentos dos pensionistas, visto que estas somente passaram constar do sistema informatizado pesquisado a partir de setembro de 2008. No intento de deixar o estudo o mais fidedigno possível, foram obtidos junto à Gerência de Pagamentos da Diretoria de Previdência do PREVIRIO (PREVIRIO, 2017), os valores das folhas brutas de pensionistas do período de janeiro de 2004 a agosto de 2008 e aplicou-se um percentual sobre elas, correspondente ao percentual médio do montante das contribuições apuradas no período entre setembro de 2008 e dezembro de 2017. Desta forma foi encontrado um valor estimado das contribuições devidas para o período compreendido entre janeiro de 2004 e agosto de 2008.

Um outro ponto a considerar é que não foi possível calcular a contribuição previdenciária de eventuais servidores aposentados e/ou pensionistas que tiveram os benefícios suspensos, pois estes não figuraram em folhas de pagamentos. Assim como no cálculo das contribuições devidas, não se aplicou a regra específica de cálculo para aposentados por invalidez. O parágrafo 21 do art. 40 da Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988), texto este trazido pela Emenda Constitucional n. 47 (BRASIL, 2005), de 05 de julho de 2005, disciplina que nos casos de aposentados por invalidez,

o cálculo da contribuição seja feito sobre a parcela que superar o dobro do valor do teto do Regime Geral. Ocorre que, dada a baixa quantidade de aposentados por invalidez nas folhas de pagamento, este cálculo seria pouco representativo. No mês de janeiro de 2004, por exemplo, do total de aposentados em folha, 3,84% eram de aposentados por invalidez e no mês de dezembro de 2017 este percentual foi de 5,53%, conforme Tabela 1 abaixo. Desta forma, todos os cálculos das contribuições previdenciárias dos aposentados foram tratados de maneira uniforme, considerando para tributação os valores que ultrapassassem, por CPF, somente em uma vez o valor do teto da tabela do Regime Geral.

Tabela 1 – Tipos de Aposentadorias nas Folhas de Pagamentos de Jan. 2004 e Dez. 2017 do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro

| TIPO_APOSENTADORIA | 01/2004 | % | 12/2017 | % |
|----------------------|---------|---------|---------|---------|
| | QTT | | QTT | |
| 41 IDADE PROPORC. | - | 0,000% | 248 | 0,363% |
| 41 INTEGRAL ART.3 | - | 0,000% | 127 | 0,186% |
| 41 INTEGRAL ART.40 | - | 0,000% | 433 | 0,633% |
| 41 INTEGRAL ART.6 | - | 0,000% | 18.026 | 26,367% |
| 41 INTEGRAL ART.8 | 1 | 0,002% | 249 | 0,364% |
| 41 PROPORC. ART.3 | - | 0,000% | 16 | 0,023% |
| 41 PROPORC. ART.8 | 1 | 0,002% | 159 | 0,233% |
| 41 REDUTOR ART.2 | - | 0,000% | 54 | 0,079% |
| 41 REG INTERP. ART 3 | - | 0,000% | 6 | 0,009% |
| 41 REGENTE | - | 0,000% | 124 | 0,181% |
| 41 REGENTE ART.8 | - | 0,000% | 29 | 0,042% |
| 41 REGENTE LEI 27 | - | 0,000% | 7 | 0,010% |
| 47 INTEGRAL ART.3 | - | 0,000% | 3.853 | 5,636% |
| 70 AC.TRAB INTEGRAL | - | 0,000% | 14 | 0,020% |
| 70 DOENÇAS ESPEC INT | - | 0,000% | 295 | 0,432% |
| 70 PROP COM TEMPO | - | 0,000% | 74 | 0,108% |
| 70 PROPORCIONAL | - | 0,000% | 1.006 | 1,472% |
| AC.TRAB INTEG ART.40 | 6 | 0,012% | 19 | 0,028% |
| APOSENT. INTEGRAL | 36.749 | 73,192% | 25.918 | 37,911% |
| APOSENT. PROPORC. | 6.916 | 13,774% | 4.843 | 7,084% |
| APOSENT.INVAL.INTEGR | 625 | 1,245% | 324 | 0,474% |
| APOSENT.INVAL.PROPOR | 637 | 1,269% | 385 | 0,563% |
| COMP. INTEG. ART. 3 | 1 | | - | 0,000% |
| COMP. INTEG. ART. 40 | 169 | 0,337% | 354 | 0,518% |
| COMP. PROPORC. ART.3 | 2 | 0,004% | 2 | 0,003% |
| COMP. PROPORC.ART.40 | 179 | 0,357% | 721 | 1,055% |
| ESPEC. TC ART. 3 | 1 | 0,002% | 1 | 0,001% |

| TIPO_APOSENTADORIA | 01/2004 | % | 12/2017 | % |
|----------------------------|---------------|----------------|---------------|-----------------|
| | QTT | | QTT | |
| INTEGRAL | - | 0,000% | 787 | 1,151% |
| INVAL.INTEG. ART. 40 | 342 | 0,681% | 717 | 1,049% |
| INVAL.INTEG1 ART 40 | 8 | 0,016% | 23 | 0,034% |
| INVAL.INTEG2 ART 40 | 17 | 0,034% | 112 | 0,164% |
| INVAL.INTEG3 ART 40 | - | 0,000% | 40 | 0,059% |
| INVAL.PROP. ART. 3 | 1 | 0,002% | 1 | 0,001% |
| INVAL.PROP. ART.40 | 294 | 0,586% | 2.160 | 3,160% |
| INVAL1.PROP. ART.40 | 1 | 0,002% | 12 | 0,018% |
| INVALIDEZ INTEGRAL | 1 | 0,002% | 4 | 0,006% |
| MAG.T.PEDAGOG.ART.3 | 1 | 0,002% | 1 | 0,001% |
| PROF. TC ART. 3 | 3 | 0,006% | 2 | 0,003% |
| PROF.INT.C/TEM.SERV. | 10 | 0,020% | 9 | 0,013% |
| PROPORC. TC ART. 3 | 216 | 0,430% | 177 | 0,259% |
| PROPORC. TC ART. 8 | 503 | 1,002% | 441 | 0,645% |
| PROPORC.IDADE ART.3 | 6 | 0,012% | 6 | 0,009% |
| PROPORC.IDADE ART.40 | 687 | 1,368% | 3.198 | 4,678% |
| PROPORCIONAL | 4 | 0,008% | 389 | 0,569% |
| REG. INTEG. ART. 3 | 173 | 0,345% | 162 | 0,237% |
| REG. INTEG. ART. 8 | 286 | 0,570% | 273 | 0,399% |
| REG. INTEG. ART.40 | 803 | 1,599% | 791 | 1,157% |
| REG.INTERP. ART.3 | 69 | 0,137% | 58 | 0,085% |
| TC ART. 3 | 240 | 0,478% | 172 | 0,252% |
| TC ART. 8 | 769 | 1,532% | 623 | 0,911% |
| TC ART.40 | 488 | 0,972% | 873 | 1,277% |
| TC ART.40 - ESPECIAL | - | 0,000% | 47 | 0,069% |
| TOTAL GERAL | 50.209 | 100,00% | 68.365 | 100,000% |
| TOTAL POR INVALIDEZ | 1.926 | 3,84% | 3.778 | 5,53% |
| MÉDIA | | | | 4,68% |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados extraídos do banco de dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos ERGON (PREVIRIO, 2018).

Outro obstáculo enfrentado foi o de identificar o percentual mensal de rentabilidade dos investimentos financeiros do FUNPREVI, para que uma das correções propostas no estudo fosse aplicada. Inicialmente foram observados os Demonstrativos de Resultado de Avaliação Atuarial, obtidos nas consultas públicas dos sítios do Ministério da Previdência Social – http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_default.asp (até o exercício 2014)

e do CADPREV – Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência <http://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml> (do exercício 2015 a 2017, pesquisando o ente: Rio de Janeiro – Município) e as Prestações de Contas de Gestão Anuais, que incluíam: os Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais (tais prestações de contas estavam disponíveis no sítio eletrônico da Controladoria Geral do Município – em <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm/exibeconteudo?id=4200347>). No entanto, nenhum deles apresentou de forma clara e detalhada informações que pudessem levar ao cálculo da rentabilidade dos investimentos financeiros do FUNPREVI. Somente analisando os Relatórios Mensais da Diretoria de Investimentos do PREVIRIO – órgão da Administração Indireta responsável pela gestão da política de investimentos do FUNPREVI – que estavam disponíveis na área de governança corporativa do sítio eletrônico do Instituto de Previdência (<http://www.rio.rj.gov.br/web/previrio/exibeconteudo?article-id=1354125>), é que se pode chegar a indicadores de rentabilidade mais concretos. O problema é que o sítio somente disponibilizava os relatórios a partir de agosto de 2010. Então, para novamente tornar o estudo mais fidedigno, tomou-se a composição da carteira de investimentos do mês de agosto de 2010 e assumiu-se a mesma composição para projetar o período passado.

Em razão do arranjo de investimentos à época, foi possível precisar o percentual mensal de rentabilidade à razão de 98,8 % (noventa e oito inteiros e oito por cento), pois os outros 1,2 % (um inteiro e dois por cento) da carteira estavam alocados em investimentos que não puderam ser identificados, pois estavam descritos de forma genérica no relatório como: letras hipotecárias e ações.

Ainda com relação aos Demonstrativos de Resultado de Avaliação Atuarial, cumpre observar que não foram localizados nos sítios da previdência social os demonstrativos do Município do Rio de Janeiro nos exercícios de 2009 e de 2010, dos respectivos anos-base de 2008 e 2009.

Por fim, com relação aos cerca de 5.000 (cinco mil) casos de aposentadorias e pensões que acabaram sendo fixadas por paridade, quando na verdade deveriam ter

sido fixadas pela média (quantitativo este obtido junto à Gerência de Pagamentos da Diretoria de Previdência do PREVIRIO), até o fechamento desta dissertação, não foi possível avaliar os valores das diferenças entre os proventos e pensões fixados pelo último contracheque e a média, tendo em vista que tais informações não constam ainda do banco de dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos – ERGON. Os processos individuais de aposentadorias e pensões, que tratam deste tema, estão aguardando o deslinde quanto à criação de uma pensão vitalícia, que se propõe a compensar tais diferenças. Somente após esta definição é que as informações serão inseridas no sistema.

4. Descrição do Caso

O caso surge a partir da publicação da Emenda Constitucional n. 41 (BRASIL, 2003), de 19 de dezembro de 2003, que determinou no §18 do art. 40 a incidência de contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões, no mesmo percentual estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos, sobre os valores que ultrapassassem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral. Ocorre que um dia antes, o então Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro César Maia editou o Decreto n. 23.844 (RIO DE JANEIRO, 2003), estabelecendo que no Município do Rio de Janeiro os parâmetros e regras para aposentadoria e contribuição previdenciária seriam os vigentes na legislação de novembro de 2003, ou seja, através de ato infraconstitucional estabeleceu o descumprimento das regras constitucionais, que determinavam exatamente o contrário, renunciando às contribuições previdenciárias sobre as aposentadorias e pensões, deixando de calcular as aposentadorias pela média das contribuições, entre outros. Tal medida foi seguida pelo seu sucessor Eduardo Paes e perdura até a presente data.

Quadro 1 – Síntese das Diferenças para o RPPS entre o Decreto Municipal n. 23.844, de 18/12/2003 e a Emenda Constitucional n. 41, de 19/12/2003

| | Decreto nº 23.844/2003 | Emenda Constitucional nº 41/2003 |
|---|--|--|
| Tributação de Inativos e Pensionistas | Sem qualquer tributação | Tributação de inativos e pensionistas em 11% sobre a parcela que exceder o teto do regime geral. Para aposentados por invalidez, o teto para tributação é o dobro do regime geral. |
| Base para Cálculo dos Proventos e Pensões | Proventos e pensões integrais (com base no último salário) | Aposentadorias: Média aritmética simples dos maiores salários de contribuição que corresponda a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência. Se a média for maior que a última remuneração, então o provento será fixado com base no último contracheque. Se a média for menor, vale a média. Pensões por morte: Totalidade dos proventos, caso aposentado, ou a totalidade da remuneração se em atividade na data do óbito, até o limite máximo para os benefícios do regime geral, acrescido de 70% da parcela excedente a esse limite. |
| Paridade entre Ativos e Inativos | Mantida | Fim da paridade |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Posteriormente, as regras de aposentadoria da Emenda Constitucional n. 41 (BRASIL, 2003) foram modificadas pela Emenda Constitucional n. 47 (BRASIL, 2005), que incluiu a possibilidade de servidores que tivessem ingressado no serviço público em cargo efetivo até 15.12.1998 se aposentarem com proventos integrais e paridade. Esta regra de transição também é chamada de regra 85/95, na qual o servidor deve cumprir alguns requisitos, nos quais, além do ingresso em cargo efetivo no serviço público até 15.12.1998, o servidor deve possuir 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira, 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, tempo de contribuição de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher e idade mínima na proporção inversa com o tempo de contribuição, onde a cada ano que superar o tempo de contribuição, diminui-se um na idade mínima, partindo de 30/55, se mulher, e 35/60, se homem.

No ano de 2011, o Chefe do Executivo encaminhou à Câmara Municipal um Plano de Capitalização do fundo de previdência municipal, que foi concretizado através da Lei n. 5.300 (RIO DE JANEIRO, 2011), em 13 de setembro, criando uma contribuição patronal suplementar de 35%, quitando eventuais dívidas do Tesouro Municipal e transferindo imóveis dominicais do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro – PREVI/RIO para o fundo de previdência municipal. Na verdade, conforme matéria da revista n. 67 do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ, 2017), intitulada *“Aposentadorias de servidores cariocas sob a lupa do TCMRJ”*, esta Lei foi uma resposta às recomendações do Tribunal de Contas do Município, que no parecer prévio do exercício de 2008 recomendou que fosse apresentado um plano de quitação de dívida do Município para com o FUNPREVI. O Prefeito então determinou a avaliação atuarial de 2010, que indicou um déficit de R\$ 22,6 bilhões.

Em consulta aos DRAA - Demonstrativos de Resultado de Avaliação Atuarial do Fundo de Previdência Municipal, foram levantados os seguintes valores constantes da Tabela 2 para o período.

Tabela 2 – Resultado Atuarial do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro – do ano-base 2004 a 2017

| ANO-BASE | ANO | RESULTADO ATUARIAL (R\$) |
|----------|------|--------------------------|
| 2004 | 2005 | -7.829.493.792,13 |
| 2005 | 2006 | -11.961.717.554,07 |
| 2006 | 2007 | -23.847.096.116,54 |
| 2007 | 2008 | -17.911.348.947,97 |
| 2008 | 2009 | Ñ ENCONTRADO |
| 2009 | 2010 | Ñ ENCONTRADO |
| 2010 | 2011 | -13.372.106.818,00 |
| 2011 | 2012 | -484.887.814,77 |
| 2012 | 2013 | -650.030.208,91 |
| 2013 | 2014 | -864.477.826,20 |
| 2014 | 2015 | -3.240.844.243,14 |
| 2015 | 2016 | -0,01 |
| 2016 | 2017 | -23.344.205.780,49 |
| 2017 | 2018 | -31.324.856.002,71 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos DRAA do Município do Rio de Janeiro presentes nos sítios do Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2005, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018).

Diante deste cenário é que surgiu a questão proposta neste estudo, que é a de revelar o montante financeiro que deixou de ser recolhido ao FUNPREVI, corrigido no tempo, decorrente da renúncia das contribuições previdenciárias dos inativos e pensionistas, praticada no período de janeiro de 2004 a dezembro 2017.

Seguido a metodologia descrita no item anterior, foram realizadas, inicialmente, consultas no banco de dados corporativo do PREVIRO (PREVIRO, 2018), objetivando selecionar, através do *software* SQL Plus, as bases previdenciárias de todos os aposentados e pensionistas presentes nas folhas de pagamento do período de janeiro de 2004 a dezembro de 2017. Dos aposentados, foram extraídos o número funcional (NUMFUNC), número do vínculo (NUMVINC), matrícula, cargo, data de nascimento, sexo, data de aposentadoria, órgão em que se deu a aposentadoria, competência e valor de base previdenciária, na forma do exemplo do Quadro 2 a seguir. Dos pensionistas, foram extraídos CPF, número funcional do servidor que

originou a pensão (NUMFUNC), número do pensionista (NUMPENS), matrícula do servidor, cargo do servidor, data de nascimento do pensionista, sexo do pensionista, data de aposentadoria, órgão de lotação, competência e o valor de base previdenciária. A consulta buscou todas as folhas consolidadas e com data de crédito a partir de janeiro de 2004, que tivessem sido registrados quaisquer valores de débito ou a crédito das competências de janeiro de 2004 a dezembro de 2017.

Quadro 2 – Exemplo dos Dados Brutos Extraídos do Sistema Informatizado Relativo às Bases Remuneratórias Mensais dos Aposentados e Pensionistas

| NUMFUNC | NUMVINC | MATRICULA | CARGO | DTNASC | SEXO | DTAPOSENT | ÓRGÃO | COMPETÊNCIA | BASE |
|---------|---------|--------------|--------------------------------|------------|------|------------|--|-------------|-----------|
| 109 | 2 | 000.010-9/02 | AGENTE DE ADMINISTRACAO | 23/05/1936 | M | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO) | 01/01/2004 | 6.100,53 |
| 166 | 3 | 000.016-6 | TECNICO DE COMUNICACAO SOCIAL | 19/04/1921 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (GABINETE DO PREFEITO) | 01/01/2004 | 4.289,42 |
| 190 | 2 | 000.019-0 | AGENTE DE ADMINISTRACAO | 06/12/1937 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (APOSENTADOS NAO CLASSIF NOS ORGAOS) | 01/01/2004 | 1.281,48 |
| 208 | 2 | 000.020-8 | ADMINISTRADOR | 21/06/1928 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, INFR) | 01/01/2004 | 2.522,16 |
| 216 | 2 | 000.021-6 | CONTROLADOR DE ARREC MUNICIPAL | 17/07/1936 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (GABINETE DO PREFEITO) | 01/01/2004 | 6.131,55 |
| 232 | 2 | 000.023-2 | ASSISTENTE JURIDICO | 18/12/1933 | M | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA) | 01/01/2004 | 1.728,17 |
| 240 | 2 | 000.024-0 | CONTADOR DA CONTROLADORIA | 23/09/1937 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO) | 01/01/2004 | 7.692,89 |
| 257 | 2 | 000.025-7 | ASSISTENTE JURIDICO | 24/04/1937 | M | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO) | 01/01/2004 | 4.067,34 |
| 265 | 2 | 000.026-5 | ADMINISTRADOR | 02/04/1935 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO) | 01/01/2004 | 2.425,53 |
| 265 | 5 | 056.092-0 | PROF I - PSICOLOGIA | 02/04/1935 | F | 01/05/2000 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO) | 01/01/2004 | 1.302,89 |
| 299 | 2 | 000.029-9 | TECNICO DE COMUNICACAO SOCIAL | 07/03/1937 | M | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO) | 01/01/2004 | 5.939,55 |
| 315 | 3 | 000.031-5 | CONTROLADOR DE ARREC MUNICIPAL | 27/10/1939 | M | 17/08/1999 | FUNPREVI (GABINETE DO PREFEITO) | 01/01/2004 | 13.428,21 |
| 323 | 2 | 000.032-3 | TECNICO DE FAZENDA | 30/10/1942 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA) | 01/01/2004 | 7.333,70 |
| 372 | 2 | 000.037-2 | AGENTE DE ADMINISTRACAO | 14/02/1941 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO) | 01/01/2004 | 2.223,35 |
| 380 | 2 | 000.038-0 | AGENTE DE ADMINISTRACAO | 30/03/1944 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO) | 01/01/2004 | 1.476,33 |
| 398 | 2 | 000.039-8 | PROF I - LINGUA PORTUGUESA | 27/01/1936 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO) | 01/01/2004 | 3.938,51 |
| 455 | 2 | 000.045-5 | PROFESSOR II | 12/03/1942 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO) | 01/01/2004 | 2.776,22 |
| 471 | 2 | 000.047-1 | TECNICO DE FAZENDA | 12/12/1942 | M | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA) | 01/01/2004 | 13.428,21 |
| 497 | 2 | 000.049-7 | ENGENHEIRO CIVIL | 14/04/1942 | F | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, INFR) | 01/01/2004 | 7.704,99 |
| 539 | 2 | 000.053-9 | ENGENHEIRO CIVIL | 10/01/1938 | M | 17/08/1999 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO) | 01/01/2004 | 13.428,21 |
| 554 | 3 | 000.055-4 | DATILOGRAFO | 25/12/1950 | F | 04/06/2002 | FUNPREVI (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, INFR) | 01/01/2004 | 1.282,96 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados extraídos do banco de dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos ERGON (PREVIRIO, 2018).

As informações extraídas foram então importadas em planilhas eletrônicas e o valor de contribuição previdenciária que seria devida ao fundo calculado, mês a mês e por indivíduo, num percentual correspondente a 11% sobre a parcela que excedesse o teto do Regime Geral à época.

Os valores dos tetos do Regime Geral de Previdência foram obtidos através de consulta dos dados históricos da Previdência Social na base de dados da Dataprev, do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2017), para os anos de 2003 a 2015, e no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018), para os anos de 2016 a 2018. Os valores de teto foram então consolidados na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Valores de Teto do Regime Geral de Previdência Social – 2003 a 2018

| INÍCIO DA VIGÊNCIA | VALORES DE TETO DO RGPS (em R\$) |
|--------------------|----------------------------------|
| 01/04/2003 | 2.400,00 |
| 01/05/2004 | 2.508,72 |
| 01/05/2005 | 2.668,15 |
| 01/04/2006 | 2.801,56 |
| 01/04/2007 | 2.894,28 |
| 01/03/2008 | 3.038,99 |
| 01/02/2009 | 3.218,90 |
| 01/01/2010 | 3.467,40 |
| 01/01/2011 | 3.689,66 |
| 01/03/2011 | 3.691,74 |
| 01/01/2012 | 3.916,20 |
| 01/01/2013 | 4.159,00 |
| 01/01/2014 | 4.390,24 |
| 01/01/2015 | 4.663,75 |
| 01/01/2016 | 5.189,82 |
| 01/01/2017 | 5.531,31 |
| 01/01/2018 | 5.645,80 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Tabelas de Contribuição do INSS (BRASIL, 2017, 2018).

Conforme relatado anteriormente, não foi possível obter as bases previdenciárias dos pensionistas no sistema informatizado do período de janeiro de 2004 a agosto de 2008, visto que as folhas de pagamentos de pensionistas inexistiam neste ambiente. A primeira folha de pagamentos de pensionistas somente foi registrada a partir de setembro de 2008. Sendo assim, para deixar o estudo o mais fidedigno possível, tais valores foram estimados com base num percentual da folha bruta de pensionistas. Este percentual foi obtido com base na média dos percentuais das bases previdenciárias sobre os valores históricos das folhas brutas mensais de setembro de 2008 a dezembro de 2017, que também foram extraídas do banco de dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos (PREVIRIO, 2018). O percentual encontrado de 2,4883% (dois inteiros e quatro mil oitocentos e oitenta e três décimos de milésimo por cento) foi aplicado sobre os valores históricos das folhas

brutas de janeiro de 2004 a agosto de 2008, obtidas junto à Gerência de Pagamentos da Diretoria de Previdência do PREVIRO (PREVIRO, 2017), e os valores de 13º salário calculados com base na média das contribuições de janeiro a dezembro dos respectivos anos. Vide Tabelas 4 e 5 a seguir.

Tabela 4 – Cálculo dos Percentuais das Contribuições Previdenciárias Devidas sobre a Folha Bruta de Pensionistas – Set.2008 a Dez.2017

| MÊS_ANO | QTDE. | FOLHA BRUTA em R\$ (A) | CONTRIBUIÇÃO PREV. DEVIDA em R\$ (B) | % (B/A) |
|---------------|--------|------------------------|--------------------------------------|---------|
| 09/2008 | 13.966 | 21.518.880,67 | 519.056,44 | 2,4121% |
| 10/2008 | 14.001 | 21.422.237,79 | 523.586,91 | 2,4441% |
| 11/2008 | 13.931 | 21.368.037,44 | 526.920,44 | 2,4659% |
| 12/2008 | 13.986 | 21.668.298,20 | 541.566,00 | 2,4993% |
| 12/2008 - 13º | 13.976 | 20.677.411,04 | 499.877,61 | 2,4175% |
| 01/2009 | 14.050 | 22.111.347,91 | 551.265,63 | 2,4931% |
| 02/2009 | 14.080 | 21.871.439,49 | 525.912,02 | 2,4046% |
| 03/2009 | 14.102 | 22.212.315,29 | 526.736,27 | 2,3714% |
| 04/2009 | 14.143 | 22.721.535,98 | 528.645,27 | 2,3266% |
| 05/2009 | 13.990 | 22.582.690,78 | 530.237,74 | 2,3480% |
| 06/2009 | 13.944 | 22.312.254,79 | 534.392,78 | 2,3951% |
| 07/2009 | 14.019 | 22.832.700,53 | 537.258,42 | 2,3530% |
| 08/2009 | 14.055 | 22.721.416,50 | 541.480,25 | 2,3831% |
| 09/2009 | 14.078 | 22.881.637,34 | 542.449,10 | 2,3707% |
| 10/2009 | 14.076 | 22.884.053,39 | 544.984,65 | 2,3815% |
| 11/2009 | 14.128 | 24.713.600,57 | 597.280,00 | 2,4168% |
| 12/2009 | 14.240 | 24.204.676,57 | 613.432,10 | 2,5344% |
| 12/2009 - 13º | 14.152 | 22.887.462,17 | 558.051,75 | 2,4382% |
| 01/2010 | 14.298 | 24.819.989,59 | 571.768,52 | 2,3037% |
| 02/2010 | 14.149 | 24.618.560,10 | 575.588,72 | 2,3380% |
| 03/2010 | 14.189 | 24.544.838,36 | 573.461,77 | 2,3364% |
| 04/2010 | 14.116 | 24.610.521,04 | 574.037,64 | 2,3325% |
| 05/2010 | 14.180 | 25.039.392,64 | 576.649,29 | 2,3030% |
| 06/2010 | 14.187 | 24.683.456,86 | 581.591,96 | 2,3562% |
| 07/2010 | 14.198 | 25.697.092,07 | 616.610,50 | 2,3995% |
| 08/2010 | 14.255 | 25.779.446,26 | 617.836,68 | 2,3966% |
| 09/2010 | 14.296 | 25.784.010,02 | 619.360,54 | 2,4021% |
| 10/2010 | 14.361 | 25.888.895,89 | 621.200,16 | 2,3995% |
| 11/2010 | 14.444 | 26.337.012,99 | 624.497,34 | 2,3712% |
| 12/2010 | 14.478 | 26.189.312,10 | 636.972,84 | 2,4322% |
| 12/2010 - 13º | 14.395 | 24.783.548,83 | 584.496,48 | 2,3584% |

| MÊS_ANO | QTDE. | FOLHA BRUTA em R\$ (A) | CONTRIBUIÇÃO PREV. DEVIDA em R\$ (B) | % (B/A) |
|---------------|--------|---------------------------|---|---------|
| 01/2011 | 14.481 | 26.181.977,02 | 614.368,56 | 2,3465% |
| 02/2011 | 14.507 | 26.307.029,01 | 619.793,18 | 2,3560% |
| 03/2011 | 14.494 | 27.009.905,65 | 621.774,91 | 2,3020% |
| 04/2011 | 14.321 | 26.557.901,97 | 622.174,03 | 2,3427% |
| 05/2011 | 14.424 | 27.003.838,21 | 621.801,30 | 2,3026% |
| 06/2011 | 14.515 | 27.396.573,18 | 624.423,32 | 2,2792% |
| 07/2011 | 14.553 | 28.328.031,91 | 682.017,51 | 2,4076% |
| 08/2011 | 14.654 | 28.746.853,15 | 684.954,79 | 2,3827% |
| 09/2011 | 14.706 | 28.879.202,36 | 694.506,55 | 2,4049% |
| 10/2011 | 14.566 | 29.098.398,40 | 697.247,06 | 2,3962% |
| 11/2011 | 14.585 | 29.115.960,85 | 703.691,10 | 2,4169% |
| 12/2011 | 14.637 | 28.843.569,50 | 733.391,96 | 2,5427% |
| 12/2011 - 13º | 14.370 | 26.777.994,77 | 642.084,42 | 2,3978% |
| 01/2012 | 14.698 | 29.914.056,54 | 693.808,79 | 2,3193% |
| 02/2012 | 14.621 | 29.544.242,25 | 702.285,07 | 2,3771% |
| 03/2012 | 14.651 | 29.567.009,70 | 701.343,95 | 2,3720% |
| 04/2012 | 14.646 | 30.377.134,79 | 707.512,00 | 2,3291% |
| 05/2012 | 14.692 | 31.105.564,76 | 709.122,31 | 2,2797% |
| 06/2012 | 14.705 | 30.167.224,76 | 712.142,45 | 2,3606% |
| 07/2012 | 14.745 | 31.770.664,03 | 765.409,16 | 2,4092% |
| 08/2012 | 14.750 | 31.881.157,93 | 766.981,08 | 2,4058% |
| 09/2012 | 14.837 | 31.480.290,29 | 762.758,65 | 2,4230% |
| 10/2012 | 14.851 | 32.169.864,27 | 768.739,22 | 2,3896% |
| 11/2012 | 14.827 | 31.611.282,65 | 760.236,58 | 2,4050% |
| 12/2012 | 14.866 | 31.392.148,91 | 767.974,72 | 2,4464% |
| 12/2012 - 13º | 14.785 | 30.111.368,20 | 734.599,03 | 2,4396% |
| 01/2013 | 14.911 | 32.220.169,74 | 742.645,45 | 2,3049% |
| 02/2013 | 14.913 | 32.393.295,48 | 746.291,77 | 2,3038% |
| 03/2013 | 14.889 | 32.391.277,15 | 749.036,30 | 2,3125% |
| 04/2013 | 18.034 | 33.090.594,64 | 754.738,17 | 2,2808% |
| 05/2013 | 14.783 | 31.936.864,57 | 752.725,57 | 2,3569% |
| 06/2013 | 14.852 | 32.730.655,58 | 754.729,54 | 2,3059% |
| 07/2013 | 14.880 | 32.373.246,16 | 758.791,49 | 2,3439% |
| 08/2013 | 14.904 | 33.806.675,30 | 827.295,57 | 2,4471% |
| 09/2013 | 14.976 | 35.287.445,29 | 832.557,20 | 2,3594% |
| 10/2013 | 14.937 | 34.997.109,40 | 855.325,07 | 2,4440% |
| 11/2013 | 14.838 | 35.846.090,87 | 867.651,01 | 2,4205% |
| 12/2013 | 14.912 | 35.729.317,91 | 912.392,92 | 2,5536% |
| 12/2013 - 13º | 14.588 | 33.017.208,65 | 802.997,38 | 2,4321% |

| MÊS_ANO | QTDE. | FOLHA BRUTA em R\$ (A) | CONTRIBUIÇÃO PREV. DEVIDA em R\$ (B) | % (B/A) |
|---------------|--------|---------------------------|---|---------|
| 01/2014 | 14.996 | 36.529.786,53 | 866.910,33 | 2,3732% |
| 02/2014 | 14.951 | 36.989.454,80 | 871.877,98 | 2,3571% |
| 03/2014 | 14.921 | 36.297.859,11 | 867.992,67 | 2,3913% |
| 04/2014 | 15.021 | 36.464.706,47 | 868.013,79 | 2,3804% |
| 05/2014 | 14.926 | 37.085.992,26 | 873.116,21 | 2,3543% |
| 06/2014 | 14.969 | 37.457.753,14 | 882.434,29 | 2,3558% |
| 07/2014 | 15.035 | 38.836.870,31 | 962.987,44 | 2,4796% |
| 08/2014 | 15.055 | 38.913.634,66 | 966.981,17 | 2,4849% |
| 09/2014 | 15.058 | 39.514.510,07 | 980.500,12 | 2,4814% |
| 10/2014 | 15.071 | 39.206.029,44 | 981.245,82 | 2,5028% |
| 11/2014 | 15.126 | 39.944.581,94 | 988.276,96 | 2,4741% |
| 12/2014 | 15.102 | 39.678.326,75 | 1.018.180,07 | 2,5661% |
| 12/2014 - 13º | 15.051 | 37.652.264,10 | 949.462,43 | 2,5217% |
| 01/2015 | 15.094 | 39.915.703,86 | 975.095,99 | 2,4429% |
| 02/2015 | 15.063 | 41.412.963,27 | 990.123,07 | 2,3909% |
| 03/2015 | 15.057 | 40.848.049,31 | 989.642,24 | 2,4227% |
| 04/2015 | 14.819 | 39.892.848,10 | 981.736,45 | 2,4609% |
| 05/2015 | 14.781 | 40.420.876,84 | 984.239,16 | 2,4350% |
| 06/2015 | 14.848 | 40.687.433,92 | 1.079.518,96 | 2,6532% |
| 07/2015 | 14.669 | 41.791.543,93 | 1.077.667,45 | 2,5787% |
| 08/2015 | 14.769 | 42.498.775,47 | 1.079.139,27 | 2,5392% |
| 09/2015 | 14.178 | 40.151.060,50 | 1.081.252,66 | 2,6930% |
| 10/2015 | 14.256 | 46.225.493,51 | 1.268.468,77 | 2,7441% |
| 11/2015 | 14.149 | 44.660.220,06 | 1.255.161,74 | 2,8105% |
| 12/2015 | 14.252 | 45.525.970,85 | 1.346.167,92 | 2,9569% |
| 12/2015 - 13º | 14.102 | 42.237.779,42 | 1.167.750,75 | 2,7647% |
| 01/2016 | 16.572 | 45.797.437,29 | 1.204.688,66 | 2,6305% |
| 02/2016 | 14.318 | 47.044.473,66 | 1.213.895,36 | 2,5803% |
| 03/2016 | 14.244 | 46.382.110,93 | 1.217.809,45 | 2,6256% |
| 04/2016 | 14.119 | 46.596.807,91 | 1.227.158,72 | 2,6336% |
| 05/2016 | 14.465 | 44.867.784,37 | 1.216.536,81 | 2,7114% |
| 06/2016 | 15.269 | 46.849.980,14 | 1.221.773,38 | 2,6078% |
| 07/2016 | 14.237 | 46.265.615,53 | 1.231.467,60 | 2,6617% |
| 08/2016 | 14.267 | 45.978.464,30 | 1.235.668,35 | 2,6875% |
| 09/2016 | 14.235 | 50.379.623,02 | 1.386.148,83 | 2,7514% |
| 10/2016 | 14.347 | 50.702.360,83 | 1.400.021,41 | 2,7613% |
| 11/2016 | 14.347 | 51.688.996,04 | 1.423.040,74 | 2,7531% |
| 12/2016 | 14.266 | 49.949.648,04 | 1.419.992,39 | 2,8428% |
| 12/2016 - 13º | 14.375 | 48.308.303,17 | 1.363.097,84 | 2,8217% |

| MÊS_ANO | QTDE. | FOLHA BRUTA em R\$ (A) | CONTRIBUIÇÃO PREV. DEVIDA em R\$ (B) | % (B/A) |
|---------------|--------|---------------------------|---|----------------|
| 01/2017 | 14.681 | 51.896.382,21 | 1.430.548,65 | 2,7565% |
| 02/2017 | 14.412 | 51.642.128,20 | 1.428.309,93 | 2,7658% |
| 03/2017 | 14.459 | 51.434.306,04 | 1.425.809,80 | 2,7721% |
| 04/2017 | 13.930 | 49.834.452,52 | 1.436.348,95 | 2,8822% |
| 05/2017 | 14.141 | 52.115.740,99 | 1.432.920,17 | 2,7495% |
| 06/2017 | 14.189 | 52.211.150,62 | 1.438.277,97 | 2,7547% |
| 07/2017 | 14.211 | 51.790.465,38 | 1.438.235,96 | 2,7770% |
| 08/2017 | 14.211 | 52.515.193,51 | 1.445.183,93 | 2,7519% |
| 09/2017 | 14.275 | 52.854.042,31 | 1.444.010,86 | 2,7321% |
| 10/2017 | 14.210 | 52.398.628,49 | 1.458.607,60 | 2,7837% |
| 11/2017 | 14.264 | 54.017.012,76 | 1.479.617,04 | 2,7392% |
| 12/2017 | 14.435 | 53.043.602,08 | 1.479.578,51 | 2,7894% |
| 12/2017 - 13º | 14.408 | 50.480.452,58 | 1.391.036,67 | 2,7556% |
| | | | MÉDIA (%) | 2,4883% |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados extraídos do banco de dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos ERGON (PREVIRIO, 2018).

Tabela 5 – Contribuições Previdenciárias Estimadas com Base em Percentual Fixo sobre a Folha Bruta de Pensionistas – Jan. 2004 a Ago. 2008

| Percentual médio aplicado sobre a folha bruta: 2,4883% | | |
|--|-------------------------|--|
| MÊS_ANO | FOLHA BRUTA (em R\$) | ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREV. DEVIDA (em R\$) |
| 01/2004 | 10.909.199,32 | 271.453,61 |
| 02/2004 | 10.985.106,19 | 273.342,40 |
| 03/2004 | 10.998.150,28 | 273.666,97 |
| 04/2004 | 11.034.092,85 | 274.561,33 |
| 05/2004 | 11.286.884,53 | 280.851,55 |
| 06/2004 | 11.758.954,15 | 292.598,06 |
| 07/2004 | 11.793.264,32 | 293.451,80 |
| 08/2004 | 11.838.438,92 | 294.575,88 |
| 09/2004 | 11.829.322,65 | 294.349,04 |
| 10/2004 | 11.949.362,94 | 297.336,00 |
| 11/2004 | 12.062.088,48 | 300.140,95 |
| 12/2004 | 12.050.205,75 | 299.845,27 |
| 12/2004 - 13º | 11.541.255,86 | 287.181,07 |
| 01/2005 | 12.316.814,37 | 306.479,29 |
| 02/2005 | 12.376.352,36 | 307.960,78 |
| 03/2005 | 12.467.454,25 | 310.227,66 |
| 04/2005 | 12.532.413,93 | 311.844,06 |
| 05/2005 | 12.592.634,11 | 313.342,51 |
| 06/2005 | 13.530.327,15 | 336.675,13 |
| 07/2005 | 13.699.946,15 | 340.895,76 |
| 08/2005 | 13.747.883,18 | 342.088,58 |
| 09/2005 | 13.785.996,77 | 343.036,96 |
| 10/2005 | 13.823.895,48 | 343.979,99 |
| 11/2005 | 13.918.881,67 | 346.343,53 |
| 12/2005 | 13.924.415,39 | 346.481,23 |
| 12/2005 - 13º | 13.226.417,90 | 329.112,96 |
| 01/2006 | 14.192.883,55 | 353.161,52 |
| 02/2006 | 14.257.501,12 | 354.769,40 |
| 03/2006 | 14.359.775,76 | 357.314,30 |
| 04/2006 | 14.430.387,66 | 359.071,34 |
| 05/2006 | 14.445.991,31 | 359.459,60 |
| 06/2006 | 15.263.595,79 | 379.804,05 |
| 07/2006 | 15.508.115,67 | 385.888,44 |
| 08/2006 | 15.606.919,75 | 388.346,98 |
| 09/2006 | 15.770.985,23 | 392.429,43 |
| 10/2006 | 15.788.673,37 | 392.869,56 |
| 11/2006 | 15.909.552,24 | 395.877,39 |
| 12/2006 | 15.916.399,94 | 396.047,78 |
| 12/2006 - 13º | 15.120.898,45 | 376.253,32 |

| MÊS_ANO | FOLHA BRUTA (em R\$) | ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREV. |
|---------------|-------------------------|-------------------------------------|
| 01/2007 | 16.146.431,04 | 401.771,64 |
| 02/2007 | 16.236.879,01 | 404.022,26 |
| 03/2007 | 16.274.597,24 | 404.960,80 |
| 04/2007 | 16.356.296,74 | 406.993,73 |
| 05/2007 | 16.812.283,62 | 418.340,05 |
| 06/2007 | 17.320.283,06 | 430.980,60 |
| 07/2007 | 17.489.627,05 | 435.194,39 |
| 08/2007 | 17.543.429,09 | 436.533,15 |
| 09/2007 | 17.573.012,66 | 437.269,27 |
| 10/2007 | 17.691.543,98 | 440.218,69 |
| 11/2007 | 17.677.757,77 | 439.875,65 |
| 12/2007 | 17.706.384,46 | 440.587,96 |
| 12/2007 - 13º | 17.069.043,81 | 424.729,02 |
| 01/2008 | 17.993.847,59 | 447.740,91 |
| 02/2008 | 18.099.871,62 | 450.379,11 |
| 03/2008 | 18.124.642,01 | 450.995,47 |
| 04/2008 | 18.182.570,05 | 452.436,89 |
| 05/2008 | 18.214.367,47 | 453.228,11 |
| 06/2008 | 19.184.830,25 | 477.376,13 |
| 07/2008 | 20.983.297,93 | 522.127,40 |
| 08/2008 | 20.739.828,49 | 516.069,15 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no percentual apurado na Tabela 4 e nos dados fornecidos pela Diretoria de Previdência do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (PREVIRIO, 2017).

Estes valores estimados foram posteriormente transportados para a tabela final consolidada, onde todas as contribuições foram corrigidas monetariamente no tempo.

Uma das propostas de correção destes valores foi com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-e mensal (BRASIL, 2018), pois este, de acordo com a Lei n. 3.252 (RIO DE JANEIRO, 2001), de 19 de julho de 2001, é o índice que corrige a remuneração dos servidores municipais. A outra foi a de utilizar o índice de rentabilidade dos investimentos financeiros do fundo de previdência no período, o que deixaria o estudo mais próximo da realidade. Então, um outro requisito do estudo foi o de identificar estes percentuais, de forma que os valores históricos pudessem também ser corrigidos por eles. Foram realizadas pesquisas nas Prestações Anuais de Contas da Gestão do Município do Rio de Janeiro do período e

nos Demonstrativos do Resultado de Avaliação Atuarial, mas infelizmente nenhum deles apresentou de forma clara e detalhada informações que pudessem identificar a rentabilidade dos investimentos financeiros do fundo. Somente analisando os Relatórios Mensais da Diretoria de Investimentos do PREVIRIO é que se pode chegar a valores mais confiáveis. Entretanto, só estavam disponíveis, na área de Governança Corporativa do sítio do Instituto de Previdência, os relatórios a partir do mês de agosto de 2010. Então, a estratégia utilizada para deixar o estudo mais fidedigno foi a de utilizar a mesma composição da carteira de investimentos naquele mês para projetar a os índices de rentabilidade pretéritos.

Em razão do arranjo de investimentos à época, foi possível precisar o percentual mensal de rentabilidade à razão de 98,8 % (noventa e oito inteiros e oito por cento), pois os outros 1,2 % (um inteiro e dois por cento) da carteira estavam alocados em investimentos que não puderam ser identificados, pois estavam descritos de forma genérica no relatório como: letras hipotecárias e ações. A carteira de investimentos em agosto de 2010 estava composta na forma da Tabela 6.

Tabela 6 – Composição da Carteira de Investimentos Financeiros do Fundo de Previdência Municipal em Agosto de 2010

| Composição da carteira de investimentos | Valor | % |
|--|----------------------|--------|
| LFT | R\$ 1.084.317.988,26 | 66,42% |
| NTN-B | R\$ 419.538.747,44 | 25,70% |
| Operações Compromissadas - 99,9% - SELIC | R\$ 66.003.961,78 | 4,04% |
| BB RPPS Atuarial Conservador FI RF | R\$ 43.167.171,70 | 2,64% |
| Ações | R\$ 17.098.052,00 | 1,05% |
| Letras Hipotecárias | R\$ 2.363.061,83 | 0,14% |

Fonte: Relatório da Diretoria de Investimentos (PREVIRIO, 2010).

Em consulta ao sítio do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.gov.br/tesouro-direto-entenda-cada-titulo-no-detalle>), do Ministério da Fazenda, verificou-se que as LFT's são indexadas pela Taxa SELIC, taxa de juros básica da economia, e as NTN-B's pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (BRASIL, 2017). As Operações Compromissadas já estavam informadas no relatório e correspondiam a 99,9% (noventa e nove inteiros e nove por cento) da SELIC. O fundo BB RPPS Atuarial

Conservador FI RF, observando a nota técnica do próprio Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (PREVIRIO, 2010), numa análise do uso de derivativos em fundos de investimentos em 2010, (http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-208722.pdf/Nota_Tecnica_01.pdf), verificou-se que o parâmetro de rentabilidade deste fundo em sua maior parte era o IMA-B da ANBIMA, que por sua vez é indexado pelo IPCA. Logo, conclui-se que 70,46 % (setenta inteiros e quarenta e seis por cento) da carteira estava atrelada à SELIC e outros 28,34% (vinte e oito inteiros e trinta e quatro por cento) vinculados ao IPCA. As ações e letras hipotecárias, infelizmente, não puderam ser correlacionadas por ausência de informação.

Ato contínuo foram levantados nos sítios do Banco Central do Brasil e do IBGE (BRASIL, 2018) os índices mensais da SELIC e do IPCA no período de janeiro de 2004 a julho de 2010 e do IPCA-e no período de janeiro de 2004 a janeiro de 2018. No processo de projeção da rentabilidade do fundo de janeiro de 2004 a julho de 2010, os índices mensais da SELIC e do IPCA foram corrigidos mês a mês, de acordo com a proporção dos investimentos indexados por eles e, posteriormente, foi calculado, também mês a mês, o índice que de fato corrigiria a carteira de forma global, dividindo-se ao final o total da correção pela base do mês anterior e multiplicando o resultado por 98,8% (noventa e oito inteiros e oito por cento), de forma a garantir que o índice nominal de correção da carteira obedeceria à real proporção identificada. Os índices mensais e os fatores de correção calculados são os dispostos na Tabela 7 que segue.

**Tabela 7 – Cálculo dos Índices de Correção da Carteira de Investimentos
Financeiros do Fundo de Previdência Municipal – Jan. 2004 a Jul. 2010**

| Mês/Ano | Parcela com Correção pela SELIC | SELIC Mensal (%) | Parcela com Correção pelo IPCA | IPCA Mensal (%) | Valor Total Corrigido | Índice de Correção Global | 98,8% do Índice |
|---------|------------------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------|
| jan/04 | 70,4600 | 1,3044 | 28,3400 | 0,76 | 100,0000 | 1 | 0,988000 |
| fev/04 | 71,3178 | 1,2174 | 28,5129 | 0,61 | 101,0307 | 1,010307 | 1,010183 |
| mar/04 | 72,2403 | 1,2936 | 28,6469 | 0,47 | 102,0872 | 1,010458 | 1,010332 |
| abr/04 | 73,1306 | 1,2323 | 28,7529 | 0,37 | 103,0834 | 1,009758 | 1,009641 |
| mai/04 | 74,0557 | 1,265 | 28,8995 | 0,51 | 104,1552 | 1,010397 | 1,010272 |
| jun/04 | 74,9621 | 1,224 | 29,1047 | 0,71 | 105,2668 | 1,010673 | 1,010545 |
| jul/04 | 75,9104 | 1,265 | 29,3696 | 0,91 | 106,4799 | 1,011524 | 1,011386 |
| ago/04 | 76,8706 | 1,265 | 29,5722 | 0,69 | 107,6429 | 1,010921 | 1,010790 |
| set/04 | 77,8184 | 1,2329 | 29,6698 | 0,33 | 108,6882 | 1,009711 | 1,009595 |
| out/04 | 78,8274 | 1,2966 | 29,8003 | 0,44 | 109,8277 | 1,010484 | 1,010359 |
| nov/04 | 79,8465 | 1,2928 | 30,0060 | 0,69 | 111,0524 | 1,011151 | 1,011017 |
| dez/04 | 80,9451 | 1,3759 | 30,2640 | 0,86 | 112,4091 | 1,012216 | 1,012070 |
| jan/05 | 82,0844 | 1,4076 | 30,4395 | 0,58 | 113,7240 | 1,011698 | 1,011557 |
| fev/05 | 83,1554 | 1,3047 | 30,6191 | 0,59 | 114,9745 | 1,010996 | 1,010864 |
| mar/05 | 84,3892 | 1,4837 | 30,8059 | 0,61 | 116,3951 | 1,012355 | 1,012207 |
| abr/05 | 85,6240 | 1,4633 | 31,0739 | 0,87 | 117,8980 | 1,012912 | 1,012757 |
| mai/05 | 86,9359 | 1,5321 | 31,2262 | 0,49 | 119,3621 | 1,012418 | 1,012269 |
| jun/05 | 88,2333 | 1,4924 | 31,2199 | -0,02 | 120,6533 | 1,010817 | 1,010688 |
| jul/05 | 89,5943 | 1,5425 | 31,2980 | 0,25 | 122,0923 | 1,011927 | 1,011784 |
| ago/05 | 90,9763 | 1,5425 | 31,3512 | 0,17 | 123,5275 | 1,011755 | 1,011614 |
| set/05 | 92,3256 | 1,4831 | 31,4609 | 0,35 | 124,9865 | 1,011811 | 1,011669 |
| out/05 | 93,7202 | 1,5105 | 31,6969 | 0,75 | 126,6171 | 1,013046 | 1,012889 |
| nov/05 | 95,0620 | 1,4318 | 31,8712 | 0,55 | 128,1333 | 1,011975 | 1,011831 |
| dez/05 | 96,4234 | 1,4321 | 31,9860 | 0,36 | 129,6094 | 1,011520 | 1,011382 |
| jan/06 | 97,7662 | 1,3926 | 32,1747 | 0,59 | 131,1409 | 1,011816 | 1,011675 |
| fev/06 | 98,9671 | 1,2283 | 32,3066 | 0,41 | 132,4737 | 1,010163 | 1,010041 |
| mar/06 | 100,2733 | 1,3198 | 32,4455 | 0,43 | 133,9188 | 1,010908 | 1,010778 |
| abr/06 | 101,5201 | 1,2434 | 32,5136 | 0,21 | 135,2337 | 1,009819 | 1,009701 |
| mai/06 | 102,7891 | 1,25 | 32,5462 | 0,1 | 136,5352 | 1,009624 | 1,009509 |
| jun/06 | 103,8290 | 1,0117 | 32,4778 | -0,21 | 137,5068 | 1,007116 | 1,007031 |
| jul/06 | 104,8797 | 1,012 | 32,5395 | 0,19 | 138,6192 | 1,008090 | 1,007993 |
| ago/06 | 106,1112 | 1,1742 | 32,5558 | 0,05 | 139,8670 | 1,009001 | 1,008893 |
| set/06 | 107,2795 | 1,101 | 32,6242 | 0,21 | 141,1037 | 1,008842 | 1,008736 |
| out/06 | 108,4833 | 1,1221 | 32,7318 | 0,33 | 142,4151 | 1,009294 | 1,009183 |
| nov/06 | 109,6368 | 1,0633 | 32,8333 | 0,31 | 143,6701 | 1,008812 | 1,008706 |
| dez/06 | 110,8016 | 1,0624 | 32,9909 | 0,48 | 144,9925 | 1,009204 | 1,009094 |
| jan/07 | 111,9740 | 1,0581 | 33,1360 | 0,44 | 146,3100 | 1,009087 | 1,008978 |
| fev/07 | 113,0288 | 0,942 | 33,2818 | 0,44 | 147,5106 | 1,008206 | 1,008107 |
| mar/07 | 114,1915 | 1,0287 | 33,4050 | 0,37 | 148,7965 | 1,008717 | 1,008613 |
| abr/07 | 115,3149 | 0,9838 | 33,4885 | 0,25 | 150,0034 | 1,008111 | 1,008014 |
| mai/07 | 116,4743 | 1,0054 | 33,5823 | 0,28 | 151,2565 | 1,008354 | 1,008254 |
| jun/07 | 117,5729 | 0,9432 | 33,6763 | 0,28 | 152,4492 | 1,007885 | 1,007790 |
| jul/07 | 118,6911 | 0,9511 | 33,7571 | 0,24 | 153,6482 | 1,007865 | 1,007771 |
| ago/07 | 119,7935 | 0,9288 | 33,9158 | 0,47 | 154,9093 | 1,008207 | 1,008109 |
| set/07 | 120,8515 | 0,8832 | 33,9768 | 0,18 | 156,0283 | 1,007224 | 1,007137 |
| out/07 | 121,9508 | 0,9096 | 34,0788 | 0,3 | 157,2295 | 1,007699 | 1,007606 |
| nov/07 | 123,0241 | 0,8801 | 34,2083 | 0,38 | 158,4323 | 1,007650 | 1,007558 |
| dez/07 | 124,1431 | 0,9096 | 34,4614 | 0,74 | 159,8045 | 1,008661 | 1,008557 |

| Mês/Ano | Parcela com Correção pela SELIC | SELIC Mensal (%) | Parcela com Correção pelo IPCA | IPCA Mensal (%) | Valor Total Corrigido | Índice de Correção Global | 98,8% do Índice |
|---------|------------------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------|
| jan/08 | 125,2692 | 0,9071 | 34,6475 | 0,54 | 161,1167 | 1,008211 | 1,008113 |
| fev/08 | 126,3319 | 0,8483 | 34,8173 | 0,49 | 162,3491 | 1,007649 | 1,007558 |
| mar/08 | 127,4778 | 0,9071 | 34,9844 | 0,48 | 163,6622 | 1,008088 | 1,007991 |
| abr/08 | 128,6187 | 0,895 | 35,1768 | 0,55 | 164,9955 | 1,008147 | 1,008049 |
| mai/08 | 129,8347 | 0,9454 | 35,4547 | 0,79 | 166,4894 | 1,009054 | 1,008945 |
| jun/08 | 131,0640 | 0,9468 | 35,7171 | 0,74 | 167,9810 | 1,008959 | 1,008852 |
| jul/08 | 132,3724 | 0,9983 | 35,9064 | 0,53 | 169,4787 | 1,008916 | 1,008809 |
| ago/08 | 133,7499 | 1,0406 | 36,0069 | 0,28 | 170,9567 | 1,008721 | 1,008616 |
| set/08 | 135,1453 | 1,0433 | 36,1005 | 0,26 | 172,4458 | 1,008710 | 1,008605 |
| out/08 | 136,6281 | 1,0972 | 36,2630 | 0,45 | 174,0910 | 1,009541 | 1,009426 |
| nov/08 | 138,0785 | 1,0616 | 36,3935 | 0,36 | 175,6720 | 1,009081 | 1,008972 |
| dez/08 | 139,5935 | 1,0972 | 36,4954 | 0,28 | 177,2889 | 1,009204 | 1,009094 |
| jan/09 | 141,0953 | 1,0758 | 36,6706 | 0,48 | 178,9659 | 1,009459 | 1,009345 |
| fev/09 | 142,4001 | 0,9248 | 36,8723 | 0,55 | 180,4724 | 1,008418 | 1,008317 |
| mar/09 | 143,7533 | 0,9503 | 36,9460 | 0,2 | 181,8994 | 1,007907 | 1,007812 |
| abr/09 | 145,0149 | 0,8776 | 37,1234 | 0,48 | 183,3383 | 1,007911 | 1,007816 |
| mai/09 | 146,2217 | 0,8322 | 37,2978 | 0,47 | 184,7196 | 1,007534 | 1,007444 |
| jun/09 | 147,3256 | 0,7549 | 37,4321 | 0,36 | 185,9577 | 1,006703 | 1,006622 |
| jul/09 | 148,4199 | 0,7428 | 37,5220 | 0,24 | 187,1419 | 1,006368 | 1,006292 |
| ago/09 | 149,4811 | 0,715 | 37,5782 | 0,15 | 188,2593 | 1,005971 | 1,005900 |
| set/09 | 150,5152 | 0,6918 | 37,6684 | 0,24 | 189,3836 | 1,005972 | 1,005900 |
| out/09 | 151,5914 | 0,715 | 37,7739 | 0,28 | 190,5653 | 1,006239 | 1,006165 |
| nov/09 | 152,6401 | 0,6918 | 37,9288 | 0,41 | 191,7689 | 1,006316 | 1,006240 |
| dez/09 | 153,7315 | 0,715 | 38,0691 | 0,37 | 193,0006 | 1,006423 | 1,006346 |
| jan/10 | 154,8307 | 0,715 | 38,3546 | 0,75 | 194,3853 | 1,007175 | 1,007088 |
| fev/10 | 155,8301 | 0,6455 | 38,6538 | 0,78 | 195,6839 | 1,006681 | 1,006600 |
| mar/10 | 156,9443 | 0,715 | 38,8548 | 0,52 | 196,9991 | 1,006721 | 1,006640 |
| abr/10 | 158,0360 | 0,6956 | 39,0763 | 0,57 | 198,3122 | 1,006666 | 1,006586 |
| mai/10 | 159,2589 | 0,7738 | 39,2443 | 0,43 | 199,7032 | 1,007014 | 1,006930 |
| jun/10 | 160,5143 | 0,7883 | 39,2443 | 0 | 200,9586 | 1,006287 | 1,006211 |
| jul/10 | 161,8702 | 0,8447 | 39,2482 | 0,01 | 202,3184 | 1,006767 | 1,006685 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório da Diretoria de Investimentos do PREVIRIO de ago. 2010 (PREVIRIO, 2010) e nos percentuais da SELIC Mensal e IPCA (BRASIL, 2018) de jan. 2004 a jul. 2010.

5. Análise de Dados e Discussão dos Resultados

De posse de todas informações apresentadas no item anterior, os valores foram então consolidados e corrigidos mês a mês, num modelo de juros compostos, de duas formas, uma pelo IPCA-e e outra pelo índice de rentabilidade dos investimentos financeiros do FUNPREVI. A Tabela 8 a seguir demonstra os resultados consolidados.

Tabela 8 – Cálculo das Contribuições Previdenciárias Devidas Corrigidas no Tempo – Jan. 2004 a Dez. 2017

| MÊS/ANO | APOSENTADOS | | PENSIONISTAS | | CORREÇÕES | | |
|---------------|-------------|-------------------------|--------------|--------------------------|-----------|--|--|
| | QTDE. | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS * | QTDE.2 | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS2 * | IPCA-e | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELO IPCA-e (em R\$ corrente do MÊS) | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELA RENTAB. FUNPREVI (em R\$ corrente do MÊS) |
| 01/2004 | 4.428 | 774.040,62 | | 271.453,61 | - | 1.045.494,23 | 1.045.494,23 |
| 02/2004 | 4.439 | 774.676,24 | | 273.342,40 | 0,9% | 2.102.922,31 | 2.104.158,99 |
| 03/2004 | 4.455 | 776.099,38 | | 273.666,97 | 0,4% | 3.161.100,35 | 3.175.666,55 |
| 04/2004 | 4.466 | 776.670,79 | | 274.561,33 | 0,21% | 4.218.970,79 | 4.257.516,32 |
| 05/2004 | 4.494 | 731.376,60 | | 280.851,55 | 0,54% | 5.253.981,38 | 5.313.477,98 |
| 06/2004 | 4.505 | 807.067,81 | | 292.598,06 | 0,56% | 6.383.069,54 | 6.469.173,04 |
| 07/2004 | 4.521 | 809.113,86 | | 293.451,80 | 0,93% | 7.544.997,74 | 7.645.396,58 |
| 08/2004 | 4.526 | 809.473,53 | | 294.575,88 | 0,79% | 8.708.652,63 | 8.831.942,88 |
| 09/2004 | 4.533 | 809.540,06 | | 294.349,04 | 0,49% | 9.855.214,12 | 10.020.570,32 |
| 10/2004 | 4.547 | 814.046,41 | | 297.336,00 | 0,32% | 10.998.133,22 | 11.235.752,58 |
| 11/2004 | 4.555 | 814.845,07 | | 300.140,95 | 0,63% | 12.182.407,47 | 12.474.526,39 |
| 12/2004 | 4.618 | 818.934,06 | | 299.845,27 | 0,84% | 14.485.789,60 | 14.826.141,13 |
| 12/2004 - 13º | 4.456 | 795.089,50 | | 287.181,07 | | | |
| 01/2005 | 4.596 | 856.023,06 | | 306.479,29 | 0,68% | 15.746.795,32 | 16.159.992,27 |
| 02/2005 | 4.609 | 856.802,42 | | 307.960,78 | 0,74% | 17.028.084,80 | 17.500.324,02 |
| 03/2005 | 4.618 | 865.343,01 | | 310.227,66 | 0,35% | 18.263.253,77 | 18.889.523,07 |
| 04/2005 | 4.629 | 866.241,80 | | 311.844,06 | 0,74% | 19.576.487,70 | 20.308.581,20 |
| 05/2005 | 4.725 | 896.748,94 | | 313.342,51 | 0,83% | 20.949.064,01 | 21.767.847,03 |
| 06/2005 | 4.803 | 923.140,22 | | 336.675,13 | 0,12% | 22.234.018,23 | 23.260.307,98 |
| 07/2005 | 4.894 | 969.425,83 | | 340.895,76 | 0,11% | 23.568.797,24 | 24.844.729,45 |
| 08/2005 | 4.892 | 968.965,57 | | 342.088,58 | 0,28% | 24.945.844,02 | 26.444.329,57 |
| 09/2005 | 4.893 | 968.700,23 | | 343.036,96 | 0,16% | 26.297.494,56 | 28.064.655,98 |
| 10/2005 | 4.900 | 971.106,84 | | 343.979,99 | 0,56% | 27.759.847,36 | 29.741.472,05 |
| 11/2005 | 4.904 | 972.576,07 | | 346.343,53 | 0,78% | 29.295.293,77 | 31.412.267,06 |
| 12/2005 | 4.923 | 976.533,96 | | 346.481,23 | 0,38% | 31.980.518,81 | 34.343.702,86 |
| 12/2005 - 13º | 4.808 | 921.774,78 | | 329.112,96 | | | |
| 01/2006 | 5.022 | 1.000.457,90 | | 353.161,52 | 0,51% | 33.497.238,88 | 36.098.269,67 |
| 02/2006 | 5.032 | 1.003.574,15 | | 354.769,40 | 0,52% | 35.029.768,07 | 37.819.075,83 |
| 03/2006 | 5.052 | 1.007.618,21 | | 357.314,30 | 0,37% | 36.524.310,73 | 39.591.606,25 |
| 04/2006 | 5.075 | 1.012.205,54 | | 359.071,34 | 0,17% | 37.957.678,93 | 41.346.963,69 |
| 05/2006 | 5.091 | 1.015.394,86 | | 359.459,60 | 0,27% | 39.435.019,13 | 43.114.973,86 |
| 06/2006 | 5.103 | 1.042.791,95 | | 379.804,05 | -0,15% | 40.798.462,60 | 44.840.689,77 |
| 07/2006 | 5.138 | 1.042.018,89 | | 385.888,44 | -0,02% | 42.218.210,24 | 46.627.013,90 |
| 08/2006 | 5.153 | 1.043.849,60 | | 388.346,98 | 0,19% | 43.730.621,42 | 48.473.882,45 |
| 09/2006 | 5.167 | 1.044.025,59 | | 392.429,43 | 0,05% | 45.188.941,75 | 50.333.782,31 |
| 10/2006 | 5.184 | 1.044.454,76 | | 392.869,56 | 0,29% | 46.757.314,00 | 52.233.304,20 |
| 11/2006 | 5.196 | 1.046.435,80 | | 395.877,39 | 0,37% | 48.372.629,25 | 54.130.377,36 |
| 12/2006 | 5.213 | 1.048.190,43 | | 396.047,78 | 0,35% | 51.391.676,45 | 57.472.373,26 |
| 12/2006 - 13º | 5.188 | 1.029.251,47 | | 376.253,32 | | | |
| 01/2007 | 5.223 | 1.063.679,46 | | 401.771,64 | 0,52% | 53.124.364,27 | 59.453.810,71 |
| 02/2007 | 5.240 | 1.066.822,01 | | 404.022,26 | 0,46% | 54.839.580,62 | 61.406.667,73 |
| 03/2007 | 5.257 | 1.069.551,73 | | 404.960,80 | 0,41% | 56.538.935,43 | 63.410.046,92 |

| MÊS/ANO | APOSENTADOS | | PENSIONISTAS | | CORREÇÕES | | | |
|---------------|-------------|-------------------------|--------------|--------------------------|-----------|--|--------------------------------------|--|
| | QTDE. | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS * | QTDE.2 | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS2 * | IPCA-e | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELO IPCA-e (em R\$ corrente do MÊS) | RENTABILIDADE INVESTIMENTOS FUNPREVI | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELA RENTAB. FUNPREVI (em R\$ corrente do MÊS) |
| 04/2007 | 5.286 | 1.075.436,70 | | 406.993,73 | 0,22% | 58.145.751,52 | 0,80139% | 65.400.641,31 |
| 05/2007 | 5.317 | 1.081.743,65 | | 418.340,05 | 0,26% | 59.797.014,18 | 0,82539% | 67.440.532,32 |
| 06/2007 | 5.329 | 1.112.794,72 | | 430.980,60 | 0,29% | 61.514.200,84 | 0,77901% | 69.509.676,46 |
| 07/2007 | 5.364 | 1.112.802,20 | | 435.194,39 | 0,24% | 63.209.831,51 | 0,77709% | 71.597.827,04 |
| 08/2007 | 5.379 | 1.117.160,05 | | 436.533,15 | 0,42% | 65.029.006,00 | 0,81090% | 73.732.104,80 |
| 09/2007 | 5.393 | 1.122.045,22 | | 437.269,27 | 0,29% | 66.776.904,61 | 0,71373% | 75.817.668,31 |
| 10/2007 | 5.410 | 1.118.242,39 | | 440.218,69 | 0,24% | 68.495.630,26 | 0,76062% | 77.952.813,12 |
| 11/2007 | 5.452 | 1.129.596,05 | | 439.875,65 | 0,23% | 70.222.641,91 | 0,75581% | 80.111.459,02 |
| 12/2007 | 5.469 | 1.134.514,29 | | 440.587,96 | 0,7% | 73.789.254,42 | 0,85570% | 83.872.025,07 |
| 12/2007 - 13º | 5.241 | 1.075.222,75 | | 424.729,02 | | | | |
| 01/2008 | 5.588 | 1.159.031,90 | | 447.740,91 | 0,7% | 75.912.552,02 | 0,81127% | 86.159.227,16 |
| 02/2008 | 5.613 | 1.160.461,07 | | 450.379,11 | 0,64% | 78.009.232,52 | 0,75575% | 88.421.217,17 |
| 03/2008 | 5.610 | 1.180.380,09 | | 450.995,47 | 0,23% | 79.820.029,32 | 0,79909% | 90.759.161,43 |
| 04/2008 | 5.636 | 1.182.309,82 | | 452.436,89 | 0,59% | 81.925.714,20 | 0,80491% | 93.124.441,62 |
| 05/2008 | 5.774 | 1.183.347,26 | | 453.228,11 | 0,56% | 84.021.073,56 | 0,89453% | 95.594.041,58 |
| 06/2008 | 7.189 | 1.634.322,07 | | 477.376,13 | 0,9% | 86.888.961,43 | 0,88519% | 98.551.924,39 |
| 07/2008 | 7.234 | 1.640.592,78 | | 522.127,40 | 0,63% | 89.599.082,07 | 0,88090% | 101.582.785,30 |
| 08/2008 | 7.283 | 1.648.422,52 | | 516.069,15 | 0,35% | 92.077.170,53 | 0,86162% | 104.622.538,18 |
| 09/2008 | 7.313 | 1.656.370,31 | 1.571 | 519.056,44 | 0,26% | 94.491.997,92 | 0,86055% | 107.698.290,18 |
| 10/2008 | 7.353 | 1.662.787,47 | 1.579 | 523.586,91 | 0,3% | 96.961.848,29 | 0,94263% | 110.899.859,27 |
| 11/2008 | 7.382 | 1.667.178,11 | 1.592 | 526.920,44 | 0,49% | 99.631.059,89 | 0,89724% | 114.088.998,24 |
| 12/2008 | 7.428 | 1.678.595,67 | 1.629 | 541.566,00 | 0,29% | 104.223.926,68 | 0,90936% | 119.430.418,14 |
| 12/2008 - 13º | 5.651 | 1.583.897,43 | 1.485 | 499.877,61 | | | | |
| 01/2009 | 7.449 | 1.720.393,58 | 1.611 | 551.265,63 | 0,4% | 106.912.481,60 | 0,93452% | 122.818.179,45 |
| 02/2009 | 7.509 | 1.589.101,31 | 1.506 | 525.912,02 | 0,63% | 109.701.043,56 | 0,83170% | 125.954.671,43 |
| 03/2009 | 7.547 | 1.595.422,55 | 1.512 | 526.736,27 | 0,11% | 111.943.873,53 | 0,78120% | 129.060.787,31 |
| 04/2009 | 7.571 | 1.601.972,99 | 1.526 | 528.645,27 | 0,36% | 114.477.489,74 | 0,78156% | 132.200.093,42 |
| 05/2009 | 7.634 | 1.611.782,27 | 1.528 | 530.237,74 | 0,59% | 117.294.926,93 | 0,74437% | 135.326.173,60 |
| 06/2009 | 7.680 | 1.624.210,81 | 1.536 | 534.392,78 | 0,38% | 119.899.251,25 | 0,66222% | 138.380.928,99 |
| 07/2009 | 7.731 | 1.632.057,06 | 1.546 | 537.258,42 | 0,22% | 122.332.345,08 | 0,62915% | 141.420.874,45 |
| 08/2009 | 7.778 | 1.642.470,68 | 1.559 | 541.480,25 | 0,23% | 124.797.660,41 | 0,58997% | 144.439.162,01 |
| 09/2009 | 7.872 | 1.664.487,62 | 1.563 | 542.449,10 | 0,19% | 127.241.712,68 | 0,59004% | 147.498.348,36 |
| 10/2009 | 7.945 | 1.672.803,80 | 1.568 | 544.984,65 | 0,18% | 129.688.536,21 | 0,61646% | 150.625.405,99 |
| 11/2009 | 9.033 | 1.932.705,09 | 1.695 | 597.280,00 | 0,44% | 132.789.150,86 | 0,62401% | 154.095.302,96 |
| 12/2009 | 9.087 | 1.940.484,42 | 1.732 | 613.432,10 | 0,38% | 138.218.824,84 | 0,63458% | 159.998.240,73 |
| 12/2009 - 13º | 8.161 | 1.813.106,94 | 1.584 | 558.051,75 | | | | |
| 01/2010 | 7.168 | 1.767.082,27 | 1.553 | 571.768,52 | 0,52% | 141.276.413,53 | 0,70885% | 163.471.236,85 |
| 02/2010 | 7.218 | 1.778.936,57 | 1.556 | 575.588,72 | 0,94% | 144.958.937,11 | 0,66004% | 166.904.732,80 |
| 03/2010 | 7.274 | 1.786.264,50 | 1.558 | 573.461,77 | 0,55% | 148.115.937,53 | 0,66403% | 170.372.759,09 |
| 04/2010 | 7.326 | 1.796.701,43 | 1.561 | 574.037,64 | 0,48% | 151.197.633,10 | 0,65859% | 173.865.558,20 |
| 05/2010 | 7.367 | 1.803.723,42 | 1.564 | 576.649,29 | 0,63% | 154.530.550,90 | 0,69296% | 177.450.745,21 |
| 06/2010 | 7.418 | 1.813.107,70 | 1.577 | 581.591,96 | 0,19% | 157.218.858,60 | 0,62111% | 180.947.605,71 |
| 07/2010 | 8.043 | 1.991.836,31 | 1.679 | 616.610,50 | -0,09% | 159.685.808,44 | 0,66853% | 184.765.744,05 |
| 08/2010 | 8.104 | 2.002.305,63 | 1.685 | 617.836,68 | -0,05% | 162.226.107,85 | 1,02000% | 189.270.496,95 |
| 09/2010 | 8.744 | 2.424.321,80 | 1.691 | 619.360,54 | 0,31% | 165.772.691,13 | 0,95000% | 194.112.249,01 |
| 10/2010 | 8.822 | 2.458.445,19 | 1.699 | 621.200,16 | 0,62% | 169.880.127,16 | 0,95000% | 199.035.960,73 |
| 11/2010 | 8.871 | 2.479.374,19 | 1.704 | 624.497,34 | 0,86% | 174.444.967,79 | 0,92000% | 203.970.963,10 |
| 12/2010 | 8.922 | 2.498.455,39 | 1.720 | 636.972,84 | 0,69% | 181.684.368,26 | 1,04000% | 212.127.991,31 |
| 12/2010 - 13º | 8.415 | 2.315.805,49 | 1.601 | 584.496,48 | | | | |
| 01/2011 | 8.007 | 2.353.164,03 | 1.565 | 614.368,56 | 0,76% | 186.032.702,05 | 0,96000% | 217.131.952,62 |
| 02/2011 | 8.072 | 2.379.555,47 | 1.579 | 619.793,18 | 0,97% | 190.836.567,91 | 0,91000% | 222.107.202,03 |
| 03/2011 | 8.136 | 2.401.310,85 | 1.580 | 621.774,91 | 0,6% | 195.004.673,08 | 0,95000% | 227.240.306,21 |
| 04/2011 | 8.214 | 2.427.275,40 | 1.586 | 622.174,03 | 0,77% | 199.555.658,49 | 0,87000% | 232.266.746,31 |
| 05/2011 | 8.270 | 2.443.248,18 | 1.581 | 621.801,30 | 0,7% | 204.017.597,57 | 1,04000% | 237.747.369,95 |
| 06/2011 | 8.312 | 2.452.740,58 | 1.583 | 624.423,32 | 0,23% | 207.564.001,95 | 0,87000% | 242.892.935,96 |
| 07/2011 | 8.537 | 2.799.492,97 | 1.675 | 682.017,51 | 0,1% | 211.253.076,43 | 0,82000% | 248.366.168,51 |
| 08/2011 | 8.598 | 2.820.110,11 | 1.679 | 684.954,79 | 0,27% | 215.328.524,63 | 0,92000% | 254.156.202,16 |
| 09/2011 | 9.185 | 2.836.876,30 | 1.693 | 694.506,55 | 0,53% | 220.001.148,66 | 1,01000% | 260.254.562,65 |
| 10/2011 | 9.263 | 2.846.290,06 | 1.697 | 697.247,06 | 0,42% | 224.468.690,61 | 0,97000% | 266.322.569,03 |
| 11/2011 | 9.312 | 2.861.905,46 | 1.702 | 703.691,10 | 0,46% | 229.066.843,14 | 0,93000% | 272.364.965,49 |
| 12/2011 | 9.364 | 2.875.347,44 | 1.724 | 733.391,96 | 0,56% | 237.308.971,76 | 1,02000% | 282.102.442,42 |
| 12/2011 - 13º | 8.892 | 2.708.530,47 | 1.632 | 642.084,42 | | | | |
| 01/2012 | 8.698 | 2.722.259,28 | 1.691 | 693.808,79 | 0,65% | 242.267.548,14 | 1,03000% | 288.424.165,65 |
| 02/2012 | 8.757 | 2.735.766,39 | 1.713 | 702.285,07 | 0,53% | 246.989.617,60 | 0,79000% | 294.140.768,02 |
| 03/2012 | 8.802 | 2.745.219,75 | 1.699 | 701.343,95 | 0,25% | 251.053.655,35 | 0,90000% | 300.234.598,63 |
| 04/2012 | 8.847 | 2.770.631,88 | 1.723 | 707.512,00 | 0,43% | 255.611.329,96 | 0,85000% | 306.264.736,61 |
| 05/2012 | 8.896 | 2.787.406,38 | 1.728 | 709.122,31 | 0,51% | 260.411.476,43 | 0,55000% | 311.445.721,34 |
| 06/2012 | 8.949 | 2.806.666,93 | 1.734 | 712.142,45 | 0,18% | 264.399.026,47 | 0,63000% | 316.926.638,77 |

| MÊS/ANO | APOSENTADOS | | PENSIONISTAS | | CORREÇÕES | | | |
|---------------|-------------|-------------------------|--------------|--------------------------|-----------|--|--------------------------------------|--|
| | QTDE. | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS * | QTDE.2 | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS2 * | IPCA-e | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELO IPCA-e (em R\$ corrente do MÊS) | RENTABILIDADE INVESTIMENTOS FUNPREVI | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELA RENTAB. FUNPREVI (em R\$ corrente do MÊS) |
| 07/2012 | 9.809 | 3.105.322,17 | 1.763 | 765.409,16 | 0,33% | 269.142.274,59 | 0,87000% | 323.554.631,86 |
| 08/2012 | 9.867 | 3.121.657,35 | 1.765 | 766.981,08 | 0,39% | 274.080.567,89 | 0,71000% | 329.740.508,18 |
| 09/2012 | 9.931 | 3.138.536,80 | 1.758 | 762.758,65 | 0,48% | 279.297.450,06 | 0,64000% | 335.752.142,88 |
| 10/2012 | 9.973 | 3.153.779,81 | 1.769 | 768.739,22 | 0,65% | 285.035.402,52 | 0,82000% | 342.427.829,49 |
| 11/2012 | 10.026 | 3.172.856,43 | 1.752 | 760.236,58 | 0,54% | 290.507.686,70 | 0,70000% | 348.757.917,30 |
| 12/2012 | 10.094 | 3.188.753,53 | 1.771 | 767.974,72 | 0,69% | 300.219.582,68 | 0,86000% | 359.464.628,33 |
| 12/2012 - 13º | 9.899 | 3.016.065,66 | 1.754 | 734.599,03 | | | | |
| 01/2013 | 9.158 | 3.008.388,12 | 1.747 | 742.645,45 | 0,88% | 306.612.548,58 | 0,47000% | 364.905.145,65 |
| 02/2013 | 9.206 | 3.029.616,73 | 1.753 | 746.291,77 | 0,68% | 312.473.422,40 | 0,09000% | 369.009.468,78 |
| 03/2013 | 9.249 | 3.045.235,45 | 1.760 | 749.036,30 | 0,49% | 317.798.813,93 | 0,49000% | 374.611.886,93 |
| 04/2013 | 9.296 | 3.062.659,18 | 1.771 | 754.738,17 | 0,51% | 323.236.985,22 | 0,76000% | 381.276.334,61 |
| 05/2013 | 9.329 | 3.080.336,58 | 1.765 | 752.725,57 | 0,46% | 328.556.937,51 | 1,04090% | 389.078.102,13 |
| 06/2013 | 9.379 | 3.100.209,01 | 1.770 | 754.729,54 | 0,38% | 333.660.392,42 | 0,02000% | 393.010.856,30 |
| 07/2013 | 9.428 | 3.116.218,36 | 1.779 | 758.791,49 | 0,07% | 337.768.964,54 | 0,86000% | 400.265.759,51 |
| 08/2013 | 10.642 | 3.571.269,11 | 1.795 | 827.295,57 | 0,16% | 342.707.959,56 | 0,00040% | 404.665.925,26 |
| 09/2013 | 10.718 | 3.597.419,38 | 1.806 | 832.557,20 | 0,27% | 348.063.247,63 | 0,92890% | 412.854.843,61 |
| 10/2013 | 10.997 | 3.929.472,85 | 1.817 | 855.325,07 | 0,48% | 354.518.749,14 | 0,66460% | 420.383.474,82 |
| 11/2013 | 11.046 | 3.953.657,20 | 1.833 | 867.651,01 | 0,57% | 361.360.814,23 | 0,38840% | 426.837.552,46 |
| 12/2013 | 11.127 | 3.977.374,74 | 1.884 | 912.392,92 | 0,75% | 373.526.494,89 | 0,92920% | 440.259.201,55 |
| 12/2013 - 13º | 10.886 | 3.762.709,52 | 1.813 | 802.997,38 | | | | |
| 01/2014 | 10.722 | 3.812.015,08 | 1.827 | 866.910,33 | 0,67% | 380.708.047,82 | 0,09170% | 445.341.844,65 |
| 02/2014 | 10.789 | 3.843.522,96 | 1.838 | 871.877,98 | 0,7% | 388.088.405,09 | 1,60540% | 457.206.763,56 |
| 03/2014 | 10.843 | 3.864.444,51 | 1.836 | 867.992,67 | 0,73% | 395.653.887,62 | 0,76380% | 465.431.346,00 |
| 04/2014 | 10.888 | 3.889.721,10 | 1.840 | 868.013,79 | 0,78% | 403.497.722,83 | 0,97950% | 474.747.980,92 |
| 05/2014 | 10.944 | 3.910.813,82 | 1.846 | 873.116,21 | 0,58% | 410.621.939,65 | 1,04090% | 484.473.562,68 |
| 06/2014 | 11.002 | 3.934.508,45 | 1.860 | 882.434,29 | 0,47% | 417.368.805,51 | 0,91740% | 493.735.065,88 |
| 07/2014 | 11.496 | 4.561.563,48 | 2.004 | 962.987,44 | 0,17% | 423.492.883,39 | 0,90940% | 503.639.643,49 |
| 08/2014 | 11.474 | 4.473.210,46 | 2.013 | 966.981,17 | 0,14% | 429.525.965,06 | 0,97810% | 514.005.934,47 |
| 09/2014 | 11.485 | 4.490.113,49 | 2.024 | 980.500,12 | 0,39% | 436.671.729,94 | 0,51560% | 522.126.762,68 |
| 10/2014 | 11.680 | 4.642.476,95 | 2.044 | 981.245,82 | 0,48% | 444.391.477,01 | 0,86390% | 532.261.138,56 |
| 11/2014 | 11.883 | 4.670.240,17 | 2.053 | 988.276,96 | 0,38% | 451.738.681,75 | 0,87980% | 542.602.489,18 |
| 12/2014 | 12.029 | 4.705.260,86 | 2.113 | 1.018.180,07 | 0,79% | 466.432.802,47 | 0,55760% | 556.753.425,80 |
| 12/2014 - 13º | 11.763 | 4.452.481,78 | 1.955 | 949.462,43 | | | | |
| 01/2015 | 11.679 | 4.487.725,67 | 1.912 | 975.095,99 | 0,89% | 476.046.876,08 | 1,39910% | 570.005.784,64 |
| 02/2015 | 11.770 | 4.514.329,32 | 1.926 | 990.123,07 | 1,33% | 487.882.751,92 | 0,93260% | 580.826.110,98 |
| 03/2015 | 11.840 | 4.542.937,46 | 1.931 | 989.642,24 | 1,24% | 499.465.077,75 | 0,95230% | 591.889.897,74 |
| 04/2015 | 11.893 | 4.574.816,68 | 1.928 | 981.736,45 | 1,07% | 510.365.907,21 | 0,67940% | 601.467.750,83 |
| 05/2015 | 11.939 | 4.601.694,87 | 1.939 | 984.239,16 | 0,6% | 519.014.036,69 | 1,34840% | 615.163.876,02 |
| 06/2015 | 12.024 | 5.069.969,05 | 2.004 | 1.079.518,96 | 0,99% | 530.301.763,66 | 0,92150% | 626.982.099,15 |
| 07/2015 | 12.072 | 5.093.049,50 | 2.000 | 1.077.667,45 | 0,59% | 539.601.261,02 | 1,52000% | 642.682.944,00 |
| 08/2015 | 12.129 | 5.124.471,49 | 2.002 | 1.079.139,27 | 0,43% | 548.125.157,19 | -0,01830% | 648.768.943,78 |
| 09/2015 | 12.188 | 5.149.009,58 | 1.997 | 1.081.252,66 | 0,39% | 556.493.107,54 | 1,11220% | 662.214.814,21 |
| 10/2015 | 13.825 | 6.405.337,20 | 2.277 | 1.268.468,77 | 0,66% | 567.839.768,03 | 1,11330% | 677.261.057,71 |
| 11/2015 | 13.886 | 6.426.854,99 | 2.251 | 1.255.161,74 | 0,85% | 580.348.422,79 | 1,05620% | 692.096.305,73 |
| 12/2015 | 13.927 | 6.457.175,18 | 2.356 | 1.346.167,92 | 1,18% | 602.341.906,17 | 1,15630% | 715.244.387,30 |
| 12/2015 - 13º | 13.534 | 6.174.278,14 | 2.113 | 1.167.750,75 | | | | |
| 01/2016 | 12.471 | 5.847.371,67 | 2.006 | 1.204.688,66 | 0,92% | 614.935.512,04 | 1,04750% | 729.788.632,60 |
| 02/2016 | 12.534 | 5.872.838,92 | 2.014 | 1.213.895,36 | 1,42% | 630.754.330,59 | 0,99000% | 744.100.274,33 |
| 03/2016 | 12.614 | 5.908.861,81 | 2.019 | 1.217.809,45 | 0,43% | 640.593.245,47 | 1,18000% | 760.007.328,83 |
| 04/2016 | 12.668 | 5.942.270,47 | 2.018 | 1.227.158,72 | 0,51% | 651.029.700,21 | 1,07000% | 775.308.836,44 |
| 05/2016 | 12.721 | 5.978.322,16 | 2.003 | 1.216.536,81 | 0,86% | 663.823.414,60 | 1,10000% | 791.032.092,61 |
| 06/2016 | 12.775 | 6.003.437,21 | 2.009 | 1.221.773,38 | 0,4% | 673.703.918,85 | 1,16000% | 807.433.275,47 |
| 07/2016 | 12.834 | 6.032.520,67 | 2.018 | 1.231.467,60 | 0,54% | 684.605.908,28 | 1,11000% | 823.659.773,10 |
| 08/2016 | 12.887 | 6.052.370,40 | 2.020 | 1.235.668,35 | 0,45% | 694.974.673,61 | 1,20000% | 840.831.729,12 |
| 09/2016 | 13.982 | 7.063.702,79 | 2.229 | 1.386.148,83 | 0,23% | 705.022.966,98 | 1,10000% | 858.530.729,77 |
| 10/2016 | 14.265 | 7.343.792,66 | 2.251 | 1.400.021,41 | 0,19% | 715.106.324,69 | 1,05000% | 876.289.116,50 |
| 11/2016 | 14.563 | 7.390.735,43 | 2.266 | 1.423.040,74 | 0,26% | 725.779.377,31 | 1,05000% | 894.303.928,40 |
| 12/2016 | 14.725 | 7.451.751,52 | 2.270 | 1.419.992,39 | 0,19% | 744.457.519,00 | 1,11000% | 921.529.862,88 |
| 12/2016 - 13º | 13.995 | 7.064.319,12 | 2.215 | 1.363.097,84 | | | | |
| 01/2017 | 13.809 | 6.968.193,45 | 2.125 | 1.430.548,65 | 0,31% | 755.164.079,42 | 1,07000% | 939.788.974,52 |
| 02/2017 | 13.904 | 7.022.965,24 | 2.130 | 1.428.309,93 | 0,54% | 767.693.240,62 | 0,86000% | 956.322.434,87 |
| 03/2017 | 13.979 | 7.067.482,45 | 2.134 | 1.425.809,80 | 0,15% | 777.338.072,73 | 1,05000% | 974.857.112,69 |
| 04/2017 | 14.066 | 7.111.979,36 | 2.141 | 1.436.348,95 | 0,21% | 787.518.811,00 | 0,78000% | 991.009.326,48 |
| 05/2017 | 14.145 | 7.163.674,56 | 2.145 | 1.432.920,17 | 0,24% | 798.005.450,88 | 0,92000% | 1.008.723.207,02 |
| 06/2017 | 14.288 | 7.237.882,52 | 2.147 | 1.438.277,97 | 0,16% | 807.958.420,09 | 0,84000% | 1.025.872.642,45 |
| 07/2017 | 14.388 | 7.290.927,27 | 2.149 | 1.438.235,96 | -0,18% | 815.233.258,16 | 0,78000% | 1.042.603.612,29 |
| 08/2017 | 14.483 | 7.339.860,03 | 2.160 | 1.445.183,93 | 0,35% | 826.871.618,52 | 0,78000% | 1.059.520.964,42 |

| MÊS/ANO | APOSENTADOS | | PENSIONISTAS | | CORREÇÕES | | | |
|---------------------|-------------|-------------------------|--------------|--------------------------|-----------|--|--------------------------------------|--|
| | QTDE. | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS * | QTDE.2 | CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS2 * | IPCA-e | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELO IPCA-e (em R\$ corrente do MÊS) | RENTABILIDADE INVESTIMENTOS FUNPREVI | VALORES CORRIGIDOS E ACUMULADOS PELA RENTAB. FUNPREVI (em R\$ corrente do MÊS) |
| 09/2017 | 14.582 | 7.377.909,28 | 2.154 | 1.444.010,86 | 0,11% | 836.603.097,44 | 0,63000% | 1.075.017.866,63 |
| 10/2017 | 15.336 | 7.684.490,27 | 2.183 | 1.458.607,60 | 0,34% | 848.590.645,84 | 0,65000% | 1.091.148.580,64 |
| 11/2017 | 15.413 | 7.722.892,33 | 2.193 | 1.479.617,04 | 0,32% | 860.508.645,28 | 0,55000% | 1.106.352.407,20 |
| 12/2017 | 15.508 | 7.764.050,08 | 2.214 | 1.479.578,51 | 0,35% | 881.583.151,85 | 0,54000% | 1.130.389.436,51 |
| 12/2017 - 13º | 14.850 | 7.428.061,05 | 2.076 | 1.391.036,67 | | | | |
| 01/2018 | | | | | 0,39% | 885.021.326,15 | 0,56000% | 1.136.719.617,36 |
| TOTAL GERAL: | | 537.779.313,42 | | 130.028.200,09 | | 885.021.326,15 | | 1.136.719.617,36 |

* - valores históricos



Valores estimados com base no % da folha bruta de pagamentos

Valores calculados de forma pretérita com base na composição da carteira de investimentos em agosto de 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos valores apurados na Tabela 5, percentuais da Tabela 7 e valores calculados a partir das bases remuneratórias, extraídas do Sistema Informatizado de Recursos Humanos – ERGON (PREVIRIO, 2018).

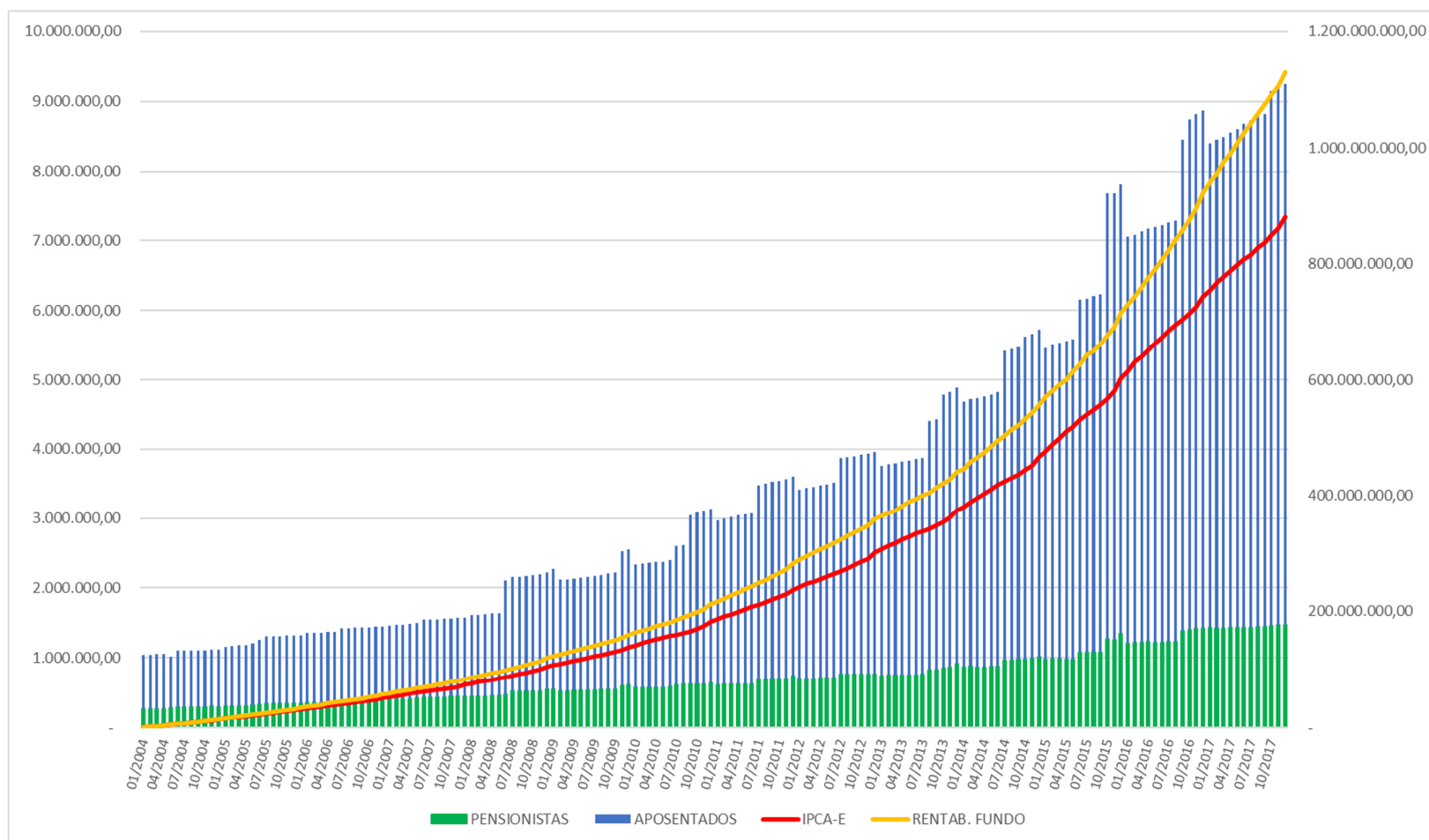
De pronto verifica-se que através de um dos métodos de correção, mais especificamente o que considerou a rentabilidade obtida pelo fundo de previdência em suas aplicações financeiras, os valores suplantaram um bilhão de reais. Foram apurados R\$ 667.807.513,51 (seiscentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e sete mil, quinhentos e treze reais e cinquenta e um centavos) somente em valores históricos nominais, R\$ 885.021.326,15 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, vinte e um mil, trezentos e vinte e seis reais e quinze centavos) após a correção pelo IPCA-e e outros R\$ 1.136.719.617,36 (um bilhão, cento e trinta e seis milhões, setecentos e dezenove mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e seis centavos) após a correção pela rentabilidade do fundo. Observa-se, também, tomando por base o mês de dezembro de 2017, que cerca de 15.500 (quinze mil e quinhentos) aposentados (24% da população de aposentados analisada) e 2.200 (dois mil e duzentos) pensionistas (15% do total de pensionistas) deveriam estar descontando as contribuições previdenciárias.

Em relação ao desempenho do fundo, os resultados das aplicações financeiras apresentaram ao longo do tempo, quase 90% (noventa por cento) dele, rentabilidade acima da inflação³. Isto, mesmo levando-se em conta o cenário de recessão, no qual o Brasil ingressou a partir de fevereiro de 2015, com queda acentuada na arrecadação do Governo, aumento das taxas de desemprego e disparada na cotação do dólar

³ Índices de rentabilidade do fundo com desempenho abaixo da inflação foram destacados em vermelho na Tabela 9.

(ALVARENGA, 2015). Sendo assim, observa-se que tal resultado denota uma política de investimentos financeiros adequada, praticada pela Diretoria de Investimentos do Instituto de Previdência. Os Gráficos 1 e 2 a seguir demonstram a evolução dos valores históricos, bem como dos valores acumulados e corrigidos ao longo do período. Já o Gráfico 3 demonstra os quantitativos de aposentados e pensionistas que deveriam ter contribuído na mesma época.

Gráfico 1 – Evolução das Contribuições Devidas de Jan. 2004 a Dez. 2017
(Valores Históricos x Acumulados e Corrigidos ao Longo do Tempo)

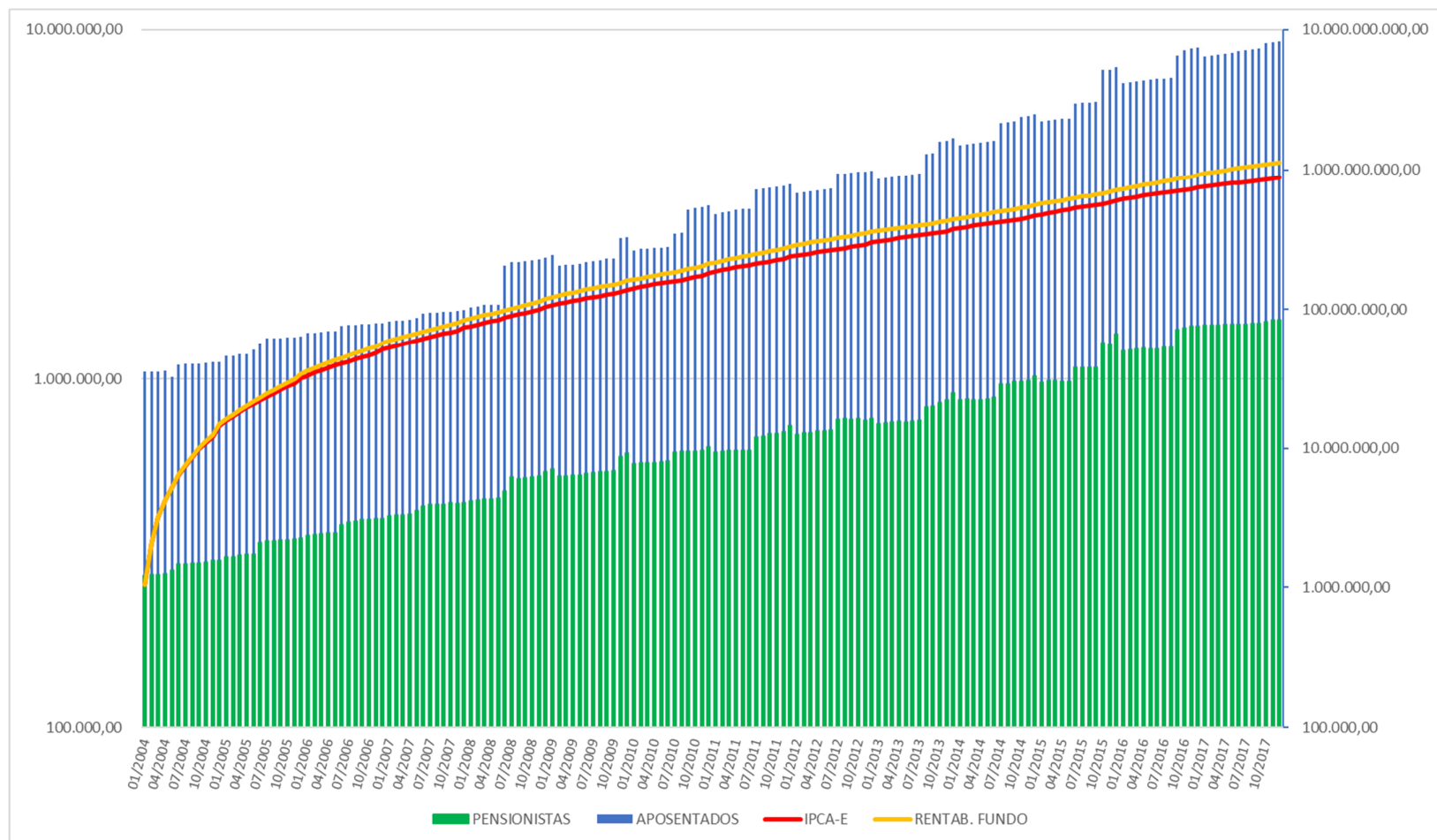


Fonte: Elaborado pelo autor com base na Tabela 8.

Obs: Foram desconsiderados os valores das folhas de 13º salário anuais.

Gráfico 2 – Evolução das Contribuições Devidas de Jan. 2004 a Dez. 2017

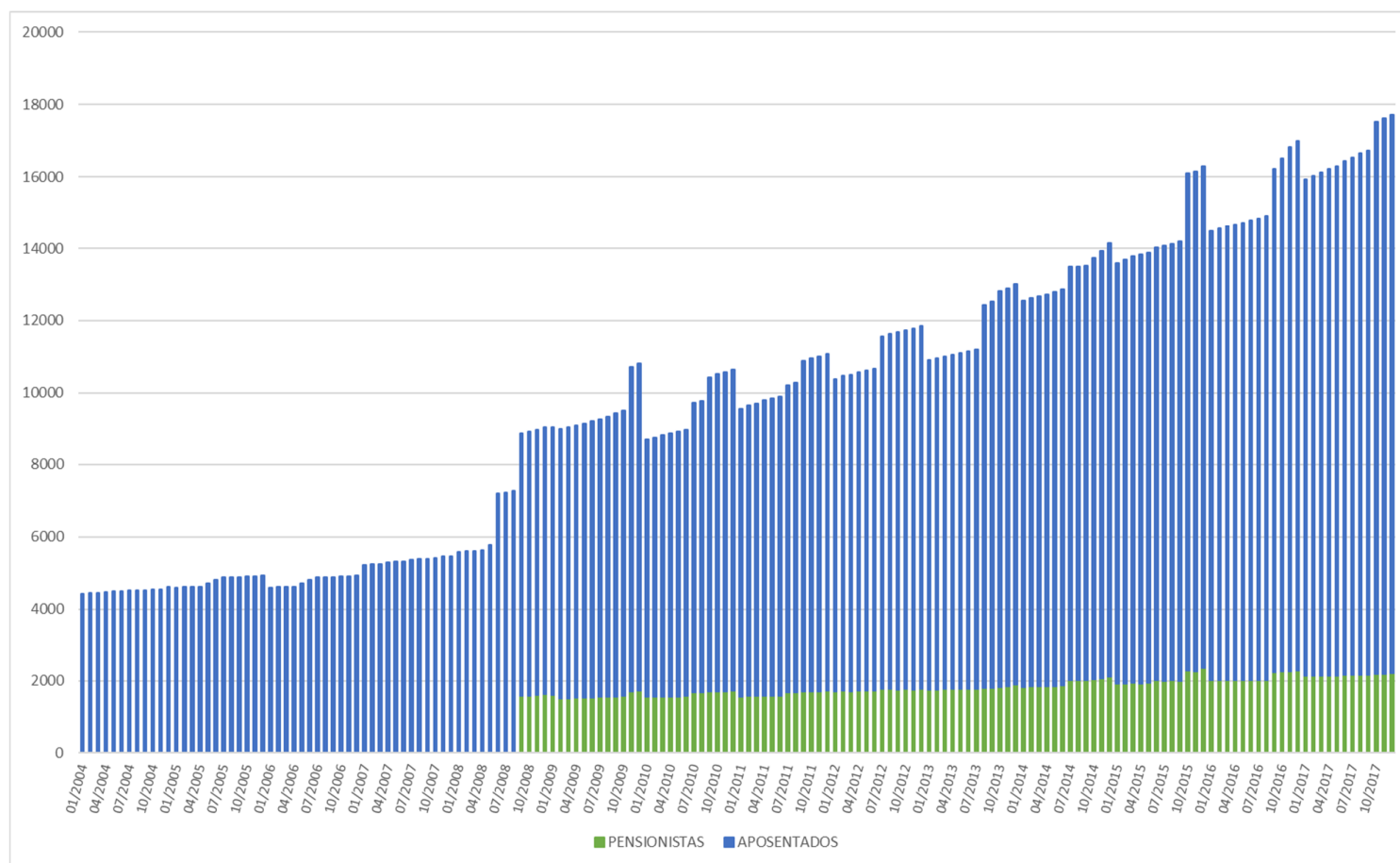
(Valores Históricos x Valores Acumulados e Corrigidos ao Longo do Tempo – na Escala Logarítmica de Base 10)



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Tabela 8.

Obs: Foram desconsiderados os valores das folhas de 13º salário anuais.

Gráfico 3 – Quantitativo de Aposentados e Pensionistas que deveriam ter contribuído nas competências de Jan. 2004 a Dez. 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Tabela 8.

Obs: Foram desconsiderados os valores das folhas de 13º salário anuais e nos casos dos pensionistas não há quantitativo de 01/2004 a 08/2008, pois os valores foram estimados com base em percentual sobre as folhas brutas.

Observando o gráfico 1, podemos constatar que o crescimento das contribuições devidas de aposentados e pensionistas foi mais suave de 2004 a 2008, apresentando pouca variação, e que, a partir de 2009, este volume cresceu quase que quatro vezes, o que em parte pode ser explicado pelo efeito cumulativo das correções, associado ao aumento no número de aposentados que deveriam estar contribuindo, que passaram de 7.428 (sete mil, quatrocentos e vinte e oito) em dezembro de 2008 para 15.508 (quinze mil, quinhentos e oito) em dezembro de 2017, ou seja, mais 8.080 (oito mil e oitenta) aposentados e com benefícios maiores, pois tanto os proventos quanto as pensões foram corrigidos anualmente pelo IPCA-e, em conformidade com a Lei Municipal n. 3.252 (RIO DE JANEIRO, 2001), de 19 de julho de 2001, assim como alguns grupos foram contemplados no período com aumentos reais de salário, através de planos de cargos e carreiras, em especial os trazidos pelas seguintes legislações:

- Lei Municipal n. 3.789, de 29 de junho de 2004 (RIO DE JANEIRO, 2004), que instituiu o Sistema Municipal de Administração;
- Lei Municipal n. 4.814, de 18 de abril de 2008 (RIO DE JANEIRO, 2008), que contemplou categorias da saúde, controladoria, fazenda e do Sistema Municipal de Informática;
- Lei Complementar Municipal n. 100, de 15 de outubro de 2009 (RIO DE JANEIRO, 2009), que extinguiu a Empresa Municipal de Vigilância e criou a autarquia denominada Guarda Municipal;
- Lei Municipal n. 5.623, de 1º de outubro de 2013 (RIO DE JANEIRO, 2013), que contemplou servidores da Secretaria Municipal de Educação; e
- Lei Municipal n. 6.064, de 1º de abril de 2016 (RIO DE JANEIRO, 2016), que beneficiou servidores da controladoria, fazenda e controle urbano.

No gráfico 2 (em escala logarítmica) constata-se ainda, no tocante aos valores acumulados e corrigidos, um crescimento acelerado até janeiro de 2007, pelo fato do início da contagem ter ocorrido a partir de janeiro de 2004, passando após este período para uma constante no tempo, caracterizada por uma reta na escala *log*.

Com relação ao Gráfico 3, temos o quantitativo de aposentados e pensionistas que deveriam ter contribuído nas competências de janeiro de 2004 a dezembro de 2017. De forma semelhante ao gráfico 1, o crescimento de aposentados que deveriam estar contribuindo foi mais suave de 2004 a 2008, apresentando maior crescimento a partir de então. Já os pensionistas tiveram um comportamento mais constante, (lembrando que, no período de janeiro de 2004 a agosto de 2008 estes números não puderam ser evidenciados, pois os valores das contribuições foram estimados com base num percentual sobre as folhas brutas), o que denota que o crescimento verificado no primeiro gráfico se deu mais em razão de maiores valores de remuneração e suas correções do que pelo número efetivo de aposentadorias e pensões. Convém ressaltar ainda que, as variações nestes quantitativos podem se dar em função dos reajustes anuais praticados, nos planos de cargos e carreiras concedidos, nas variações dos valores do teto do regime geral, no número de novas aposentadorias e pensões, no número falecimentos ocorridos no período e, até mesmo, em razão da iminência de uma nova reforma, o que pode levar a um maior número de pedidos de aposentadoria, por conta da incerteza quanto às novas regras.

Um outro ponto de destaque, tem a ver com o Relatório da Diretoria de Investimentos do FUNPREVI de fevereiro de 2015 (PREVIRIO, 2015), no qual verifica-se que, apesar da carteira estar predominantemente alocada em aplicações em fundos de investimentos, percebe-se uma redução significativa dos investimentos financeiros, na ordem de R\$ 1,15 milhões, o que pode denotar uma possível necessidade de cobertura de déficits operacionais. Contudo, buscar as verdadeiras razões para este tema é um trabalho a ser aprofundado em outra iniciativa de pesquisa. À guisa de exemplo, a Tabela 9 a seguir demonstra a composição da carteira naquela época.

Tabela 9 – Composição da Carteira de Investimentos Financeiros do Fundo de Previdência Municipal em Fevereiro de 2015

| Composição da carteira de investimentos | Valor | % |
|--|--------------------|----------|
| Operações Compromissadas | R\$ 3.053.750,33 | 0,63% |
| Fundos de Investimentos | R\$ 470.605.945,76 | 97,24% |
| Ações | R\$ 10.019.958,26 | 2,07% |
| Letras Hipotecárias | R\$ 272.547,77 | 0,06% |

Fonte: Relatório da Diretoria de Investimentos (PREVIRIO, 2015).

6. Considerações Finais

A dissertação em tela objetivou apurar os valores renunciados de contribuições previdenciárias de aposentados e pensionistas do Município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2017. Tal renúncia foi praticada através do Decreto Municipal n. 23.844 (RIO DE JANEIRO, 2003), de 18 de dezembro de 2003, um ato de gestão aparentemente benéfico para um grupo de aposentados e pensionistas, na véspera da edição da Emenda n. 41 (BRASIL, 2003), contrariando o dispositivo constitucional. Após os devidos levantamentos e cálculos, verificou-se que, caso tal renúncia não tivesse sido praticada e as contribuições tivessem sido recolhidas, aplicadas e corrigidas de forma cumulativa ao longo do tempo, além dos recursos existentes, teriam mais de R\$ 1 bilhão no caixa do FUNPREVI. Tal montante certamente teria evitado, com folga, o déficit financeiro da instituição registrado no DRAA de 2018 de R\$ 510 milhões.

O importante é que, diante de tal resultado, abrem-se várias possibilidades de discussões, novos questionamentos e iniciativas de pesquisa, seja para discutir as políticas de formação de reservas dos fundos de previdência, seja para argumentar sobre os poderes que gestores e/ou grupos de interesses podem ter para influenciar quanto à administração dos recursos dos fundos de previdência, sobre a política de investimentos, concessões, renúncias, entre outros. Afinal, um dos grandes problemas enfrentados pela administração pública ao longo do tempo diz respeito à captura do Estado (ou de seus agentes) por grupos de interesses ou corporações. Segundo Stigler (1971), um dos pioneiros sobre a teoria da captura, o Estado é uma fonte de recursos potencial, que pode prejudicar ou beneficiar indústrias e profissões. Este processo de captura parece, também, ter ocorrido no Município do Rio de Janeiro, por intermédio de seu Instituto de Previdência, quando em 2003 o então Prefeito César Maia tomou a decisão de renúncia das contribuições previdenciárias, contrariando os dispositivos constitucionais, atendendo a interesses outros que não o interesse público e contando ainda com a manutenção desta medida pelos seus sucessores.

Tudo isso nos leva a reiterar que certamente existem outros fatores além da mudança ou da transição demográfica influenciando os resultados da previdência e que, portanto, o assunto merece ser melhor investigado. Decerto que a análise realizada nesta dissertação eventualmente pode servir de base para analisar outros problemas relacionados aos regimes próprios de previdência social.

Sendo assim, a conclusão a que chegamos é que previdência é uma questão eminentemente técnica. Antes de qualquer decisão, estudos prévios consistentes sempre devem ser realizados, assim como definidos eventuais mecanismos compensatórios ou corretivos. É necessário fortalecer ainda mais as instituições de fiscalização e controle, despolitizar os fundos de previdência e coibir iniciativas de agentes políticos de criarem legislações contrárias à Constituição, que venham a favorecer determinados grupos, onerando ainda mais os fundos. A solução talvez seja a edição de novas legislações aplicando sanções mais severas para os maus gestores, limitando seus poderes, de forma a evitar prejuízos e o desvio finalístico dos recursos da previdência.

Conforme Bogoni (2001), os riscos de se criar ou manter um RPPS são inerentes a uma gestão pública eficiente e a uma correta avaliação atuarial. No campo atuarial, além dos dados levantados por esta dissertação, outros fatores deveriam ser analisados em conjunto em novo estudo, tais como: a consistência dos dados cadastrais da instituição, a utilização de premissas adequadas, a previsão da realização de concursos, a aplicação correta das regras de aposentadoria, pois a manutenção do Decreto n. 23.844 (RIO DE JANEIRO, 2003), de 18 de dezembro de 2003, levou, também, à fixação de proventos de cerca de 5.000 (cinco mil) servidores com base na última remuneração, quando estes deveriam ter sido feitos pela média, entre outros.

Em relação à fixação dos proventos, conforme informado, até o fechamento desta dissertação, não foi possível avaliar os valores das diferenças entre os proventos e pensões fixados pelo último contracheque e a média, tendo em vista que tais informações não constam ainda do banco de dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos. Este é um estudo complementar igualmente relevante.

Um outro ponto de destaque diz respeito à transferência dos imóveis dominicais para o fundo de previdência, através da Lei Municipal n. 5.300 (RIO DE JANEIRO, 2011), de 13 de setembro de 2011, que pode ter aumentado naquele momento os ativos permanentes no balanço patrimonial e dado garantias de cobertura do déficit atuarial, entretanto, sabe-se que imóveis possuem pouca liquidez e geram custos de manutenção. Desta forma, tal medida pode não ter trazido resultados financeiros efetivos para o fundo, principalmente se não houve destinação econômica para eles.

Por fim, sabemos que os recursos dos fundos previdenciários são constituídos de forma contributiva e solidária, sob regime de capitalização, para uso exclusivo no pagamento de aposentadorias e pensões. Exigir dos gestores níveis de experiência adequados e formação compatíveis com este tipo de atividade parece ser algo bastante razoável, afinal os fundos de previdência movimentam cifras que ultrapassam bilhões de reais. É preciso que os administradores dos fundos de previdência sejam indivíduos responsáveis e profissionais empenhados com a solidez e estabilidade no longo prazo, de forma que o pagamento de aposentadorias e pensões das próximas gerações não seja comprometido e nem seus beneficiários sejam submetidos a sobretaxas excessivas.

7. Referências

ALVARENGA, Darlan. Brasil fecha fevereiro com coleção de dados negativos e mais arrocho. **G1.Globo.com**, São Paulo, 1º mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/brasil-fecha-fevereiro-com-colecao-de-dados-negativos-e-mais-arrocho.html>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

BARROS, Clemilton da Silva. A isenção previdenciária da emenda constitucional n. 20/98 e o abono de permanência da emenda constitucional n. 41/03: características, semelhanças e distinção. **Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF - IDAF**, Curitiba, Ano 9, n. 102, P. 523-532, jan. 2010.

BLOHEM, Edmilson de Souza. **A previdência social do setor público**: à luz da CF/88 e das emendas constitucionais 20/98, 41/03, 47/05, 70/12 e 88/15. Curitiba: Ithala, 2016.

BOGONI, N. M.; FERNANDES, F. C. Gestão de risco nas atividades de investimento dos regimes próprios de previdência social (rpps) dos municípios do estado do Rio Grande Do Sul. **Revista Eletrônica de Administração**, Ed. 68, v. 17, n. 1, p. 117-148, jan./abr. 2011.

BOTTARI, Elenilce; BOERE, Natália; OUCHANA, Giselle. Crivella quer cobrar alíquota de 11% de aposentados e pensionistas para cobrir déficit. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2017. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/crivella-quer-cobrar-aliquota-de-11-de-aposentados-pensionistas-para-cobrir-deficit-21022208>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Banco Central do Brasil (BCB). **Índices de preços no Brasil**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2016. Série Perguntas Mais Frequentes. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2002-%C3%8Dndices%20de%20Pre%C3%A7os%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Banco Central do Brasil (BCB). Resolução n. 2.615, de 30 de junho de 1999. **Lex**: Fixa as metas para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância, bem como o índice de preços a que se aplicam, para os anos 2001, 2000 e 1999. **Diário Oficial da União**, 1º de julho de 1999. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lis/Normativos/Attachments/45112/Res_2615_v2_L.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Banco Central do Brasil (BCB). **Taxa selic**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SELICTAXA>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Código tributário nacional**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496301/000958177.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Constituição da república federativa do Brasil de 1967. **Lex**: O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. **Diário Oficial da União**, 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Lex**: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Diário Oficial da União**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional (EC) n. 20, de 15 de dezembro de 1998. **Lex**: Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 16 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional (EC) n. 41, de 19 de dezembro de 2003. **Lex**: Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 31 de dezembro de 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm>.

Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional (EC) n. 47, de 5 de julho de 2005. **Lex:** Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 6 de julho de 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm>.

Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto federal n. 3.088, de 21 de junho de 1999. **Lex:** Estabelece a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 23 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3088.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto federal n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923. **Lex:** Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. **Diário Oficial da União**, 13 de abril de 1923. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto federal n. 19.433, de 26 de novembro de 1930. **Lex:** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Diário Oficial da União**, 2 de dezembro de 1930. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto federal n. 99.350, de 27 de junho de 1990. **Lex:** Cria o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, define sua estrutura básica e o quadro distributivo de cargos e funções do grupo direção e assessoramento superiores de suas unidades centrais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 de junho de 1990. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=521990&id=14252911&idBinario=15648212&mime=application/rtf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto-lei n. 72, de 21 de novembro de 1966. **Lex:** Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. **Diário Oficial da União**, 22 de novembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Lex:** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de preços ao consumidor amplo**, 2018. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, [20-?]. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de preços ao consumidor amplo especial**, 2018. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, [20-?]. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/ipcae/defaultseriesHist.shtm>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Lei complementar n. 11, de 25 de maio de 1971. **Lex:** Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 de maio de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. **Lex:** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 5 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 3.807, de 26 de agosto de 1960. **Lex:** Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. **Diário Oficial da União**, 5 de setembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3807.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 4.214, de 2 de março de 1963. **Lex:** Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. **Diário Oficial da União**, 18 de março de 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 5.107, de 13 de setembro de 1966. **Lex:** Cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 14 de setembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5107.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Lex:** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, 27 de outubro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972. **Lex:** Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 de dezembro de 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L5859.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 6.036, de 1º de maio de 1974. **Lex:** Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento, sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2 de maio de 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6036.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 6.439, de 1º de setembro de 1977. **Lex:** Institui o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2 de setembro de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6439.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Lex:** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, 12 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 9.717, de 27 de novembro de 1998. **Lex:** Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9717.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei federal n. 10.887, de 18 de junho de 2004. **Lex:** Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de

1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 21 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.887.htm>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Medida provisória n. 805, de 30 de outubro de 2017. **Lex**: Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões. **Diário Oficial da União**, 30 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Mpv/mpv805.htm>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Tabela de contribuição mensal. Brasília, DF: Instituto Nacional do Seguro Social, 10 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Tabela de contribuição – histórico. Brasília, DF: Instituto Nacional do Seguro Social, 11 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/historico-valor-salario-minimo-teto-contribuicao/>>. Acesso em: 14 ago. 2018

_____. Ministério da Fazenda. Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. Base de dados históricos da Previdência Social. Informações previdenciárias de 2003 a 2015. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/GECO/ECO13/ECO13TELA1.php>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial**: município do Rio de Janeiro, ano 2015 – base 2014. Brasília, DF: Secretaria de Previdência, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial**: município do Rio de Janeiro, ano 2016 – base 2015. Brasília, DF: Secretaria de Previdência, 27 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2017 – base 2016. Brasília, DF: Secretaria de Previdência, 19 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2018 – base 2017. Brasília, DF: Secretaria de Previdência, 10 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Governo central registra déficit de R\$ 11 bilhões em maio. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 28 de junho 2018. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/junho/governo-central-registra-deficit-de-r-11-bilhoes-em-maio>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Histórico. Brasília, DF: Secretaria de Previdência, 8 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historico/>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Regimes próprios: Secretaria divulga indicador de avaliação que detalha a situação do RPPS de cada ente. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 20 de junho 2018. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2018/06/regimes-proprios-secretaria-divulga-indicador-de-avaliacao-que-detalha-a-situacao-do-rpps-de-cada-ente/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Tesouro direto – Entenda cada título no detalhe. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, [20-?]. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/tesouro-direto-entenda-cada-titulo-no-detalhe>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2005 – base 2004. Grupo 2. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 28 de abril de 2005. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=5745&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2005>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2005 – base 2004. Grupo 1.

Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 29 de abril de 2005. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=5746&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2005>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2006 – base 2005. Grupo 2. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 14 de junho de 2006. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=8360&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2006>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2007 – base 2006. Grupo 2. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 22 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=10023&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2007>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2008 – base 2007. Grupo 2. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 4 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=14404&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2008>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2011 – base 2010. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 29 de julho de 2011. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=22599&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2011>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2012 – base 2011. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 30 de março de 2012. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=23977&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2012>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2013 – base 2012. Grupo 2. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 28 de março de 2013. Disponível em:

<http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=26734&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2013>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2013 – base 2012. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 10 de maio de 2013. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=27406&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2013>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial:** município do Rio de Janeiro, ano 2014 – base 2013. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 31 de março de 2014. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?tipo=1&codigo=29696&hddCNPJEnte=42498733000148&AnoProjetoLDO=2014>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Previdência no serviço público:** consolidação de legislação federal. Brasília: MPS; SPS, 2009.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade 2010-2. **Lex:** Trata-se de ação direta, que, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em face da Lei nº 9.783/99, busca, em essência, o reconhecimento da inconstitucionalidade da contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos inativos e dos pensionistas, além da declaração de invalidade jurídico-constitucional das alíquotas progressivas referentes à contribuição previdenciária devida tanto por inativos e pensionistas, quanto por servidores em atividade. Relator Ministro Celso de Mello. **Diário da Justiça**, 22 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=2010%20e%20contribui%E7%E3o&processo=2010>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

CARUS, Roberto. A isenção previdenciária do servidor público e o abono permanência. **Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS**, 2005. V.4., n.7. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/50872/31677>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CGMRJ – Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão:** ano 2004. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2004. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244453.pdf/2.0.0.4..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2005. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2005. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244452.pdf/2.0.0.5..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2006. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2006. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244451.pdf/2.0.0.6..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2007. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2007. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244450.pdf/2.0.0.7..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2008. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2008. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244521.pdf/Relatorio2.0.0.8.versaocompleta.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2009. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2009. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244520.pdf/Relatorio2.0.0.9.versaocompleta.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2010. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244519.pdf/Relatorio2.0.1.0.versaocompletav2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2011. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-244518.pdf/Relatorio2.0.1.1.versaocompleta.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2012. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/DLFE-272161.pdf/LivrodaPC2.0.1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2013. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2013. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2908198/4122460/LivrodaPC2013.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2014. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91317/4146056/livro_PC_2014.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2015. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6069705/4159408/prestacao_contas_2015.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas da gestão**: ano 2016. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1521865/4188801/LivroOficialdaPC2016.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Subcontroladoria de integração de controles. Contadoria geral. **Prestação de contas de governo**: ano 2017. Rio de Janeiro: CGMRJ, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7855088/4213401/LivroOficialdaPC201712042018.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2018.

CHOY, L.T. (2014). The strengths and weaknesses of research methodology: comparison and complimentary between qualitative and quantitative approaches. **Journal of Humanities and Social Science**, 19(04), 99–104. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320235569_The_mediation_role_of_motivation_between_leadership_and_public_sector_performance>. Acesso em: 2 abr. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. Saraiva, 1998.

GIAMBIAGI, Fabio; OLIVEIRA, Francisco E. B. de; BELTRÃO, Kaizô I. Alternativas de reforma da previdência social: uma proposta. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, p. [63]-78, dez. 1996.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

LAURINI, Robert; THOMPSON, Derek. **Fundamentals of spatial information systems**. San Diego: Academic Press, 1995.

NÓBREGA, Marcos. **Previdência dos servidores públicos**: atualizada pela Emenda Constitucional n. 47 (PEC paralela de previdência). Marcos Nóbrega. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

NOGUEIRA, Naron Gutierre. **O equilíbrio financeiro e atuarial dos rpps**: de princípio constitucional a política pública de Estado. Brasília: MPS/SPPS, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; DAVID, Antônio Carlos de Albuquerque. **A dívida da União com a previdência social**: uma perspectiva histórica (Texto para discussão n. 638). Brasília: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0638.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araujo; FLEURY, Sonia Maria. **Previdência social**: 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

PARAGUASSU, Lisandra. Governo discute reforma da previdência na próxima semana. **Exame.com**, Brasília, 04 out. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/governo-discute-reforma-da-previdencia-na-proxima-semana/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PAULSEN, Leandro. **Direito tributário**: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 6.ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2004.

PREVIRIO – Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro. Assessoria de apoio técnico. **Análise do uso de derivativos em fundos de investimentos**: Nota Técnica 01. Rio de Janeiro: Previrio, 2010. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-208722.pdf/Nota_Tecnica_01.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Bases remuneratórias mensais de aposentados e pensionistas: jan. 2004 a dez. 2017. Banco de dados ERGON. Rio de Janeiro: Previrio, 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2010. Rio de Janeiro: Previro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-207416.pdf/Relatorioagostointernet aumentado.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2010. Rio de Janeiro: Previro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-209401.pdf/Relatoriosetembrointernet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2010. Rio de Janeiro: Previro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-211402.pdf/Relatoriooutubrointernet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2010. Rio de Janeiro: Previro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-214613.pdf/RelatorioInvestimentosnovembro2010.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2010. Rio de Janeiro: Previro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-217406.pdf/Relatorioinvestimentosdezembro2010.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-222306.pdf/RelatorioJaneiro2011.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** fevereiro 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-222307.pdf/RelatorioFevereiro2011.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** março 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-222941.pdf/Relatoriomarco11internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** abril 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-225912.pdf/Relatorioabril11internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** maio 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-228743.pdf/Relatoriomaio1.1.internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** junho 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-229471.pdf/Relatoriojunho1.1.internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** julho 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-232001.pdf/RelatorioMensaldeInvestimentosjulho2.0.1.1..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-235202.pdf/Relatorioagosto1.1.internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-236119.pdf/RelatorioInvestimentossetembro1.1.internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-236214.pdf/Relatoriooutubro1.1.internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-237944.pdf/RelatoriodelInvestimentosnovembro2.0.1.1..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2011. Rio de Janeiro: Previro, 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-239201.pdf/Relatoriodezembro1.1.internet.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-242370.pdf/RelatorioJaneiro2.0.1.2.modificadomercado.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** fevereiro 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-242372.pdf/RelatorioFevereiro2.0.1.2.mercado.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** março 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-242374.pdf/RelatorioMarco2.0.1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** abril 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-244430.pdf/RelatorioAbril1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** maio 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-244862.pdf/RelatorioMaio1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** junho 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-249310.pdf/RelatorioJunho1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** julho 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-249616.pdf/RelatorioJulho1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1147776/DLFE-259705.pdf/RelatorioAgosto1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/DLFE-260361.pdf/RelatorioSetembro1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/DLFE-262115.pdf/RelatorioOutubro1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/DLFE-263332.pdf/RelatorioNovembro1.2..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2012. Rio de Janeiro: Previro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/DLFE-266505.pdf/RelatorioDezembro1.2.novo.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2013. Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/DLFE-269016.pdf/RelatorioJaneiro1.3..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** fevereiro 2013. Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/DLFE-269232.pdf/RelatorioFevereiro1.3..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** março 2013. Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/DLFE-271126.pdf/RelatorioMarco1.3..pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** abril 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4105729/RelatorioAbril13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** maio 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4105728/RelatorioMaio13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** junho 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4105661/RelatorioJunho13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** julho 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4106957/RelatorioJulho13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4110601/RelatorioAgosto13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4112602/RelatorioSetembro13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4112824/RelatorioOutubro13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2013.
Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4115054/RelatorioNovembro13.pdf>>.
Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2013. Rio de Janeiro: Previro, 2013. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4115484/RelatorioDezembro13.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4119703/RelatorioJaneiro14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** fevereiro 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4120116/RelatorioFevereiro14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** março 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4122616/RelatorioMarco14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** abril 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4124107/RelatorioAbril14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** maio 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4124621/RelatorioMaio14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** junho 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4125438/RelatorioJunho14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** julho 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4126808/RelatorioJulho14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4128413/Relatorioagosto14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4129785/Relatoriosetembro14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4131811/Relatoriooutubro14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3334980/4133147/Relatorionovembro14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2014. Rio de Janeiro: Previro, 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4650573/4135336/Relatoriodezembro14.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4136919/Relatoriojaneiro15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** fevereiro 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4139411/Relatoriofevereiro15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** março 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4140519/Relatoriomarco15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** abril 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4143801/Relatorioabril15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** maio 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4146220/Relatoriomaio15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** junho 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4147287/Relatoriojunho15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** julho 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4147288/Relatoriojulho15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4147289/Relatorioagosto15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4150249/Relatoriosetembro15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4152503/Relatoriooutubro15.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4152502/RelatorioNovembro2015.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2015. Rio de Janeiro: Previro, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5253011/4155353/RelatorioDezembro2015.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4166704/RelatorioJaneiro2016.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** fevereiro 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4166504/Relatoriofevereiro16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** março 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4166801/Relatoriomarco16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** abril 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4167004/Relatorioabril16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** maio 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4168509/Relatoriomaio16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** junho 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4169055/Relatoriojunho16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** julho 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4172419/Relatoriojulho16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4173229/Relatorioagosto16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4176415/Relatoriosetembro16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4178708/Relatoriooutubro16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6299540/4182301/Relatorionovembro16.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2016. Rio de Janeiro: Previro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200953/Relatoriodezembro16RETIFICADO.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200955/Relatoriojaneiro17retificado.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** fevereiro 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200954/Relatoriofevereiro17RETIFICADO.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** março 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200958/Relatoriomarco17RETIFICADO.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** abril 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200952/Relatorioabril17RETIFICA DO.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** maio 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200957/Relatoriomaio17RETIFICA DO.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** junho 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200959/Relatoriojunho17RETIFICA DO.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** julho 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7415307/4200956/Relatoriojulho17.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** agosto 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6636087/4202922/Relatorioagosto17.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** setembro 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6636087/4203043/RelatorioSetembro17.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** outubro 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6636087/4208511/RelatorioOutubro17.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** novembro 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6636087/4211303/RelatorioNovembro17.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** dezembro 2017. Rio de Janeiro: Previro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6636087/4211402/RelatorioDezembro17.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Diretoria de investimentos. **Relatório mensal de investimentos:** janeiro 2018. Rio de Janeiro: Previro, 2018. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7560113/4212909/RelatorioJaneiro2018.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Tipos de aposentadorias nas folhas de pagamentos: jan. 2004 e dez. 2017. Banco de dados ERGON. Rio de Janeiro: Previro, 2018.

_____. Valores históricos das folhas brutas mensais de pensionistas: jan. 2004 a ago. 2008. Diretoria de Previdência. Rio de Janeiro: Previro, 2017.

_____. Valores históricos das folhas brutas mensais de pensionistas: set. 2008 a dez. 2017. Banco de dados ERGON. Rio de Janeiro: Previro, 2018.

RABELO, Flávio Marcílio. **Regimes próprios de previdência:** modelo organizacional, legal e de gestão de investimento. Brasília: MPAS; SPS, 2001.

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto municipal nº 19.721, de 3 de abril de 2001. **Lex:** Suspende o desconto previdenciário incidente sobre os servidores inativos e pensionistas. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 4 de abril de 2001. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/5857Dec%2019721_2001.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto municipal nº 23.844, de 18 de dezembro de 2003. **Lex:** Dispõe no âmbito do poder executivo municipal sobre os efeitos da reforma da previdência na forma que menciona. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://smaonline.rio.rj.gov.br/ConLegis/pdf/relPdf.asp?22955>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Decreto municipal nº 44.283, de 2 de março de 2018. **Lex:** Torna sem efeito o decreto n. 23.844/2003 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 5 de março de 2018. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/56209Dec%2044283_2018.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

_____. Lei complementar n. 100, de 15 de outubro de 2009. **Lex:** Extingue a empresa municipal de vigilância s.a., cria a autarquia denominada guarda municipal na estrutura da administração indireta e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 16 de outubro de 2009. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/32460Lei%20Compl%20100_2009.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

_____. Lei complementar n. 193, de 24 de julho de 2018. **Lex:** Altera dispositivos da lei n. 3.344, de 28 de dezembro de 2001, institui pensão especial e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 25 de julho de 2018. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/56825Lei%20Compl%20193_2018.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

_____. Lei municipal n. 3.252, de 19 de julho de 2001. **Lex:** Dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos servidores municipais e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 24 de julho de 2001. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/17325Lei%203252_2001.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei municipal n. 3.344, de 28 de dezembro de 2001. **Lex:** Disciplina o regime próprio de previdência e assistência dos servidores públicos do município do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 28 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/19817Lei%203344_2001.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei municipal n. 3.789, de 29 de junho de 2004. **Lex:** Institui o sistema municipal de administração no âmbito do poder executivo municipal e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 30 de junho de 2004. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/18771Lei%203789_2004.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei municipal n. 4.814, de 18 de abril de 2008. **Lex:** Dispõe sobre as categorias funcionais que menciona e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 24 de abril de 2008. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/28578Lei%204814_2008.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei municipal n. 5.300, de 13 de setembro de 2011. **Lex:** Dispõe sobre o plano de capitalização do funprevi e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 14 de setembro de 2011. Disponível em:<http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/38483Lei%205300_2011.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei municipal n. 5.623, de 1º de outubro de 2013. **Lex:** Dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remuneração dos funcionários da secretaria municipal de educação e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 2 de outubro de 2013. Disponível em:<http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/45130Lei%205623_2013.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

_____. Lei municipal n. 6.064, de 1º de abril de 2016. **Lex:** Dispõe sobre as categorias funcionais que menciona e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 4 de abril de 2016. Disponível em:<http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/51652Lei%206064_2016.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

RODRIGUES, A. Cresce peso da previdência social nos gastos públicos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13197/CrescepesoPrevidencia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

STIGLER, George J. The theory of economic regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, Vol. 2, N. 1, Spring, 1971. p.3. Disponível em: <sci-hub.tw/10.2307/3003160>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Previdência social brasileira**. Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1955.

TAVARES, Marcelo Leonardo; IBRAHIM, Fábio Zambitte; VIEIRA, Marco André Ramos. **Comentários à reforma da previdência:** ec n. 41/2003. Ed. Impetus. 3º ed. Rio de Janeiro, 2004.

TCMRJ – Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Aposentadorias de servidores cariocas sob a lupa do TCMRJ. **Revista TCMRJ**, Rio de Janeiro, n.67, p. [11]-23, maio 2017. ISSN 2176-7181.

TRIGG, R.; ISHIMARU, K. Integrating participatory design into everyday work at the global fund for women. In: ROBERTSON, T.; SIMONSEN, J. (Eds.). **Routledge International Handbook of Participatory Design**. 1. ed. New York: Routledge, p. 213–234, 2013.

**ANEXO – CONSULTAS UTILIZADAS
NAS EXTRAÇÕES DE DADOS DO
BANCO DE DADOS CORPORATIVO**

1) Para selecionar os Tipos de Aposentadorias nas folhas de Jan. 2004 e Dez. 2017

```
set pagesize 200
select distinct tipoapos, sum(qtt) QTDE1, sum(qtt2) QTDE2
from
(select distinct v.tipoapos, count(distinct f.numfunc||f.numvinc) qtt, 0 qtt2
from ergon.vinculos v
    , ergon.fichas_financeiras f
where v.numfunc = f.numfunc
    and v.numero = f.numvinc
    and v.emp_codigo = f.emp_codigo
    and f.mes_ano_folha = '01/01/2004'
    and f.num_folha = 41
    and f.emp_codigo = 2
    and f.rubrica = 996
group by v.tipoapos
union
select distinct v.tipoapos, 0 qtt, count(distinct f.numfunc||f.numvinc) qtt2
from ergon.vinculos v
    , ergon.fichas_financeiras f
where v.numfunc = f.numfunc
    and v.numero = f.numvinc
    and v.emp_codigo = f.emp_codigo
    and f.mes_ano_folha = '01/12/2017'
    and f.num_folha = 41
    and f.emp_codigo = 2
    and f.rubrica = 996
group by v.tipoapos)
group by tipoapos
order by 1;
```

2) Para selecionar as Bases Remuneratórias das Folhas Normais dos Aposentados

```
set pagesize 0
set linesize 2000
spool c:\temp\bases_prev_aposent_01_2004_A_122017.txt
select distinct v.numfunc, v.numero, v.matric, ca.nome cargo, fu.dtnasc,
fu.sexo, v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito, sum(f.valor) BASE
from ergon.vinculos v
, ergon.funcionarios fu
, ergon.provimentos_ev p
, ergon.cargos_ ca
, ergon.hsetor_ h
, ergon.fichas_financeiras f
, ergon.folhas_emp fo
where v.numfunc = fu.numero
and v.numfunc = p.numfunc
and v.numero = p.numvinc
and v.emp_codigo = p.emp_codigo
and p.numfunc = f.numfunc
and p.numvinc = f.numvinc
and p.emp_codigo = f.emp_codigo
and p.setor = h.setor
and p.cargo = ca.cargo
and p.emp_codigo = h.emp_codigo
and f.num_folha = fo.numero
and f.mes_ano_folha = fo.mes_ano
and f.emp_codigo = fo.emp_codigo
and v.emp_codigo = 2
and p.dtfim is null
and h.datafim is null
and f.mes_ano_folha >= '01/01/2004'
```

```
and f.mes_ano_direito between '01/01/2004' and '01/12/2017'  
and fo.data_credito is not null  
and fo.data_consol is not null  
and f.rubrica = 988  
group by v.numfunc, v.numero, v.matric, ca.nome, fu.dtnasc, fu.sexo,  
v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito  
order by 9,1,2;  
spool off;
```

3) Para selecionar as Bases Remuneratórias das Folhas de 13º Salário dos Aposentados

```
set pagesize 0
set linesize 2000
spool c:\temp\bases_prev_aposent_13_01_2004_A_122017.txt
select distinct v.numfunc, v.numero, v.matric, ca.nome cargo, fu.dtnasc,
fu.sexo, v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito, sum(f.valor*fr.sinal)
BASE
from ergon.vinculos v
, ergon.funcionarios fu
, ergon.provimentos_ev p
, ergon.cargos_ ca
, ergon.hsetor_ h
, ergon.fichas_financeiras f
, ergon.fatores_rubrica_geral fr
, ergon.folhas_emp fo
where v.numfunc = fu.numero
and v.numfunc = p.numfunc
and v.numero = p.numvinc
and v.emp_codigo = p.emp_codigo
and p.numfunc = f.numfunc
and p.numvinc = f.numvinc
and p.emp_codigo = f.emp_codigo
and p.setor = h.setor
and p.cargo = ca.cargo
and p.emp_codigo = h.emp_codigo
and f.num_folha = fo.numero
and f.mes_ano_folha = fo.mes_ano
and f.emp_codigo = fo.emp_codigo
and v.emp_codigo = 2
and p.dtfim is null
```

```
and h.datafim is null
and f.rubrica = fr.rubrica
and fr.fator = 'BASE PREVIRIO 13'
and fr.dtfim is null
and f.mes_ano_folha >= '01/01/2004'
and f.mes_ano_direito between '01/01/2004' and '01/12/2017'
and fo.data_credito is not null
and fo.data_consol is not null
group by v.numfunc, v.numero, v.matric, ca.nome, fu.dtnasc, fu.sexo,
v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito
order by 9,1,2;
spool off;
```

4) Para selecionar as Bases Remuneratórias das Folhas Normais dos Pensionistas

```
set pagesize 0
set linesize 250
SET COLSEP ";"
col cpf for 9999999999999999
spool c:\temp\bases_prev_pens_01_2004_A_122017.txt
select distinct cpf, mes_ano_direito direito, sum(base) BASE_PREV
FROM
(
select distinct d.cpf, f.numfunc, f.numpens, v.matric, ca.nome cargo,
d.dtnasc, d.sexo, v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito,
sum(f.valor*fr.sinal) BASE
from ergon.vinculos v
, ergon.funcionarios fu
, ergon.provimentos_ev p
, ergon.pensionistas d
, ergon.cargos_ ca
, ergon.hsetor_ h
, ergon.fichas_financeiras f
, ergon.fatores_rubrica_geral fr
, ergon.folhas_emp fo
where v.numfunc = fu.numero
and v.numfunc = p.numfunc
and v.numero = p.numvinc
and v.emp_codigo = p.emp_codigo
and v.numfunc = d.numfunc
and v.numero = d.numvinc
and d.numero = f.numpens
and p.numfunc = f.numfunc
and p.numvinc = f.numvinc
```

```
and p.setor = h.setor
and p.cargo = ca.cargo
and p.emp_codigo = h.emp_codigo
and f.num_folha = fo.numero
and f.num_folha not in (83)
and f.mes_ano_folha = fo.mes_ano
and f.emp_codigo = fo.emp_codigo
and f.emp_codigo = 4
and f.numpens is not null
and p.dtfim is null
and h.datafim is null
and f.mes_ano_folha >= '01/01/2004'
and f.mes_ano_direito between '01/01/2004' and '01/12/2017'
and fo.data_credito is not null
and fo.data_consol is not null
and f.rubrica = fr.rubrica
and fr.fator = 'teste w'
and fr.dtfim is null
group by d.cpf, f.numfunc, f.numpens, v.matric, ca.nome, d.dtnasc, d.sexo,
v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito
)
GROUP BY CPF, MES_ANO_DIREITO
order by 2,1;
spool off;
```

5) Para selecionar as Bases Remuneratórias das Folhas de 13º Salário dos Pensionistas

```
set pagesize 0
set linesize 250
SET COLSEP ";"
col cpf for 9999999999999999
spool c:\temp\bases_13_prev_pens_01_2004_A_122017.txt
select distinct cpf, mes_ano_direito direito, sum(base) BASE_PREV
FROM
(
select distinct d.cpf, f.numfunc, f.numpens, v.matric, ca.nome cargo,
d.dtnasc, d.sexo, v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito,
sum(f.valor*fr.sinal) BASE
from ergon.vinculos v
, ergon.funcionarios fu
, ergon.provimentos_ev p
, ergon.pensionistas d
, ergon.cargos_ca
, ergon.hsetor_h
, ergon.fichas_financeiras f
, ergon.fatores_rubrica_geral fr
, ergon.folhas_emp fo
where v.numfunc = fu.numero
and v.numfunc = p.numfunc
and v.numero = p.numvinc
and v.emp_codigo = p.emp_codigo
and v.numfunc = d.numfunc
and v.numero = d.numvinc
and d.numero = f.numpens
and p.numfunc = f.numfunc
and p.numvinc = f.numvinc
```



```
and p.setor = h.setor
and p.cargo = ca.cargo
and p.emp_codigo = h.emp_codigo
and f.num_folha = fo.numero
and f.num_folha in (83)
and f.mes_ano_folha = fo.mes_ano
and f.emp_codigo = fo.emp_codigo
and f.emp_codigo = 4
and f.numpens is not null
and p.dtfim is null
and h.datafim is null
and f.mes_ano_folha >= '01/01/2004'
and f.mes_ano_direito between '01/01/2004' and '01/12/2017'
and fo.data_credito is not null
and fo.data_consol is not null
and fo.tipo_folha not in ('AD DECIMO TERCEIRO')
and f.rubrica = fr.rubrica
and fr.fator = 'BASE PREVIRIO 13'
and fr.dtfim is null
group by d.cpf, f.numfunc, f.numpens, v.matric, ca.nome, d.dtnasc, d.sexo,
v.dtaposent, h.nomesetor, f.mes_ano_direito
)
GROUP BY CPF, MES_ANO_DIREITO
order by 2,1;
spool off;
```

**6) Para selecionar as Folhas Brutas Mensais de Pensionistas de Set.
2008 a Dez. 2017**

```
set pagesize 0
set linesize 250
SET COLSEP ";"
col FOLHA_BRUTA for 999,999,999.99
spool c:\temp\folhas_brutas_pens_09_2008_A_122017.txt
select distinct DIREITO MÊS_ANO, SUM(qtt1) QTDE, SUM(FOLHA_BR)
FOLHA_BRUTA
FROM
(
    select
                                distinct
to_char(mes_ano_direito,'MM/YYYY')||decode(tipo_folha,'DECIMO
TERCEIRO','-' 13',")  DIREITO,    decode(tipo_folha,'ESTORNO',qtt*-
1,decode(rubrica,43,0,qtt)) qtt1,
        decode(tipo_folha,'ESTORNO',FOLHA*-1,decode(rubrica,43,FOLHA*-
1,FOLHA)) FOLHA_BR
FROM
(
    select distinct f.mes_ano_direito, f.num_folha, fo.tipo_folha, f.rubrica,
count(distinct f.numfunc)||f.numpens) qtt, sum(f.valor) FOLHA
from ergon.fichas_financeiras f
        , ergon.folhas_emp fo
where f.emp_codigo = fo.emp_codigo
and f.num_folha = fo.numero
and f.mes_ano_folha = fo.mes_ano
and f.emp_codigo = 4
and f.numpens is not null
and f.mes_ano_folha >= '01/09/2008'
and f.mes_ano_direito between '01/09/2008' and '01/12/2017'
and fo.tipo_folha not in ('AD DECIMO TERCEIRO','DEBITO',
'PREVDEBITO','DIFERENCA','PREVCONTRA DEBITO')
```

```
and fo.data_credito is not null
and fo.data_consol is not null
and f.rubrica in (43,996)
group by f.mes_ano_direito, f.num_folha, fo.tipo_folha, f.rubrica
)
)
GROUP BY DIREITO
order by 1;
spool off;
```